



a vida através das **lentes**

Projeto com moradores em situação de rua usa a fotografia para colocar em evidência a desigualdade social em São Paulo e para criar novas perspectivas de vida.



FIQUE LEGAL

fique em dia com a Psicologia



ATO MÉDICO

chega o momento decisivo





Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Carla Biancha Angelucci
Vice-presidente | Maria de Fátima Nassif
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureira | Fernanda Bastos Lavarello

Conselheiros efetivos

Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fabio Souza Santos, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes

Conselheiros suplentes

Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Leonardo Lopes da Silva, Lillian Martins da Silva, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Makilim Nunes Baptista, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, Teresa Cristina Endo

Comissão de Comunicação

Coordenadora Maria de Fátima Nassif
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | (11) 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Arte Lígia Minami
Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 71.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

FOTO DE CAPA: foto realizada por Fernanda Matias, na oficina de fotografia do projeto Trecho 2.8 (leia mais na página 14).

ERRATA: Na edição 166 (maio/junho 2010), as fotos inseridas na pág. 27 referem-se às atividades realizadas pela Subsede de Campinas no dia 18 de maio último, Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, e não pela Sede, como informado.

EDITORIAL | A NOVA GESTÃO APRESENTA SEUS COMPROMISSOS

Recuperar a potência da ação coletiva. Este é um dos compromissos da nova plenária que estará à frente do Conselho Regional de Psicologia até 2013

03

CUIDANDO DA PROFISSÃO | JORNADA DE 30 HORAS: BOA PARA OS PSICÓLOGOS E PARA A SOCIEDADE

O presidente do Sindicato dos Psicólogos, Rogério Giannini, defende a jornada de 30 horas para os psicólogos. Sistema Conselhos apoia a medida em defesa da qualidade do serviço prestado e do interesse da população.

04

CIÊNCIA E PROFISSÃO | PSICOLOGIA, UMA VISÃO PANORÂMICA

Mais de 7 mil pessoas participaram do III Congresso Brasileiro de Psicologia, evento que se propôs a aproximar o que de melhor se faz e pensa na Psicologia.

06

NUESTRA AMERICA LATINA | UMA AMÉRICA LATINA MAIS PRÓXIMA

Realizado durante o III CBP, o III Diálogos Latino-Americanos contou com a presença de psicólogos de todo o continente.

10

INSTITUCIONAL | FIQUE LEGAL. FIQUE EM DIA COM A PSICOLOGIA

A importância de manter-se legalizado com o Conselho Regional de Psicologia e de manter seu cadastro sempre atualizado.

12

ORIENTAÇÃO | ORIENTAR PARA NÃO PUNIR

Entenda o trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP e saiba como ele pode ajudar os psicólogos que enfrentam dúvidas no seu dia a dia.

13

CAPA | UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | A VIDA ATRAVÉS DAS LENTES

Projeto com moradores em situação de rua usa fotografia para criar novas perspectivas de vida e colocar em evidência a desigualdade social em São Paulo.

14

CRIANÇAS E ADOLESCENTES | OS BONS RESULTADOS DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

Mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) levam à realização de audiências que asseguram direitos a abrigados em todo o país. Mas o processo ainda precisa ser aperfeiçoado.

18

ESPECIAL | ATO MÉDICO: MOMENTO DECISIVO

Representantes dos médicos tentam, junto ao Senado, aprovação de Projeto de Lei que prejudica a população e fere a autonomia de outras áreas profissionais.

19

QUESTÕES ÉTICAS | O PSICÓLOGO E A ATUAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS

20

QUESTÕES ETNORACIAIS | AS PROPOSTAS QUE MARCARAM O I PSINEP

Psicólogos e pesquisadores reunidos no I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as), em São Paulo, debateram formas de enfrentar as questões raciais.

22

DOCUMENTAÇÃO | CEDOC: UM ARQUIVO VIVO

CRP SP inaugurou o Centro de Documentação (Cedoc), que reúne materiais e produções do Conselho desde 1988.

23

POLÍTICAS PÚBLICAS | A ARMADILHA DA MEDICALIZAÇÃO

Seminário discute a profusão de diagnósticos no campo da educação e a tendência de se reduzir questões sociais a doenças de indivíduos.

24

ORIENTAÇÃO 2 | TESTES PSICOLÓGICOS: FIQUE ATENTO

Teste das Fábulas tem parecer desfavorável e não pode mais ser utilizado. Psicólogo deve consultar regularmente o Satepsi para se atualizar sobre os testes válidos.

27

ESTANTE | Lançado no I Seminário Internacional A Educação Medicalizada:

Dislexia, TDAH e outros Supostos Transtornos, o livro "Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos" é um dos destaques da seção Estante.

28

MURAL | A Subsede do CRP SP de Bauru recebe prêmio de Direitos Humanos da

Ordem dos Advogados do Brasil. Veja essas e outras notícias no Mural desta edição.

29

a nova gestão apresenta seus compromissos

O XIII Plenário, gestão 2010-2013, que tomou posse em 25 de setembro de 2010, saúda a todos os psicólogos e psicólogas.

Aproveitamos este momento inicial da gestão para, mais que convidar, convocar a cada um dos psicólogos e psicólogas do estado de São Paulo a continuar frequentando o Conselho Regional e, assim, contribuir para o desenvolvimento das tantas ações necessárias ao desenvolvimento de nossa profissão.

Este plenário que acaba de iniciar seus trabalhos é composto por pessoas que vêm procurando contribuir socialmente a partir de diferentes campos da Psicologia e de diferentes experiências de contato com a população. Estamos unidos, entre tantos aspectos, por uma trajetória comum, sempre remetida à transformação da profissão, no sentido de a comprometer mais e mais com a superação das violações de direitos e das desigualdades sociais.

Todas e todos consideramos a dimensão política do exercício profissional, ou seja, estamos conscientes de que a Psicologia não é neutra e deve, sim, atender a determinados interesses. O ponto central de nossos esforços está em discutir a que interesses devemos servir e, a partir disso, elaborar um plano de ação exequível, com responsabilidade e capacidade de intervenção real na sociedade.

A gestão que acaba de assumir, precedida por outros colegas que têm o mesmo compromisso, vinculada a um movimento maior e com longa trajetória na Psicologia, tem um posicionamento claro: defende a participação democrática, o fortalecimento das coletividades, o reconhecimento respeitoso da diversidade humana, a corresponsabilização por nossas ações. Enfim, compromete-se com a emancipação humana.

Neste momento, representamos os quase 69 mil psicólogos e psicólogas do estado de São Paulo. As eleições nos conferiram legitimidade na medida em que tivemos cerca de 89% dos votos válidos. Porém, dos atuais 50 mil profissionais que poderiam exercer seu direito de participar deste processo de escolha, apenas 29 mil o fizeram.

É um desafio para este Conselho entender esses números. Desafio que deverá receber nossa atenção ao longo dos próximos três anos. De toda forma, a comunicação mais básica que devemos apreender dos dados apresentados é a de que o Conselho precisa continuar investindo na criação de formas de interlocução e aproximação da realidade cotidiana dos psicólogos e das psicólogas. Vivemos um tempo de desencanto relativo à potência transformadora do exercício político. Política aqui entendida como garantia de voz e de vez; de participação na elaboração, implementação, avaliação e redirecionamento das escolhas que fazemos. O desafio de qualquer um que tenha função de representar qualquer coletivo, no momento, é de recuperar essa potência da ação coletiva.

A função principal deste Conselho, hoje, despreendendo-se de sua origem eminentemente disciplinatória, é mediar as relações entre os serviços psicológicos prestados e as necessidades e aspirações da população. Temos avançado muito nessa interlocução, mas é necessário continuar trabalhando, pois temos que, a um só tempo, conhecer a realidade profissional, as perspectivas trazidas pelos psicólogos e psicólogas, mas, sobretudo, temos que garantir a oferta de serviços com qualidade ética e técnica. E isso, inevitavelmente, trará conflitos. Inevitavelmente, porque o dia a dia das relações de trabalho, o isolamento tão característico de nosso exercício profissional e a ordem social vigente, impelem-nos muitas e muitas vezes a tomar atitudes imediatistas, pautadas pelo pragmatismo e pela lógica dos benefícios pessoais.

O CRP SP pode e deve continuar promovendo debates, trazendo à cena pública as divergências presentes na prática psicológica, não para as homogeneizar ou as abafar, mas para compreender os sentidos de tais diferenças e construir coletivamente as possibilidades de ação da Psicologia neste mundo concreto, a partir das diretrizes acordadas pela categoria.

Este é o nosso método: reconhecer nossos dilemas, problematizá-los, remetê-los aos compromissos que já firmamos anteriormente para, então, encontrar as saídas possíveis neste momento histórico. E para isso, é essencial que possamos nos aproximar cada vez mais da população, em geral, e dos psicólogos e psicólogas, especificamente.

Não há como produzir referências em Psicologia sem trazer-mos também a voz dos usuários de nossos serviços, da população civil organizada, das entidades representativas das várias áreas de conhecimento e de atuação da Psicologia, das demais profissões, dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, nosso maior desafio é ser um órgão cada vez mais representativo dos interesses da população em relação aos serviços psicológicos. Desse modo, espelhamo-nos naqueles que nos antecederam, agradecendo-os pela rica herança que nos deixam: uma entidade forte, bem estabelecida, idônea, de gestão transparente e atenta às demandas sociais.

Mas não só nos comprometemos hoje a honrar o passado desse movimento de cuidar da profissão, comprometemo-nos ainda a construir as condições necessárias para que outros grupos possam avançar ainda mais. Usando uma alegoria de Walter Benjamin, um pequeno homem, apoiado sobre os ombros de um gigante, pode ver ainda mais longe. Usemos, então, a força do passado, que nos impele a ir mais além, para que, num futuro próximo, daqui a três anos, outros tantos possam se amparar sobre nossas construções e conduzir a Psicologia a um patamar ainda mais elevado de compromisso com a promoção de direitos e com a diminuição da opressão, da desigualdade e do sofrimento dos indivíduos e das coletividades.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (FenaPsi) elaborou manifesto pela redução da jornada de trabalho dos profissionais da Psicologia para 30 horas semanais (veja na página ao lado). A iniciativa ganha força a partir da recente aprovação do PLC 152/2008, que garantiu jornada de 30 horas para os assistentes sociais. Na entrevista a seguir, o presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), Rogério Giannini, explica porque a jornada de 30 horas interessa à população – e por isso conta com o apoio do Sistema Conselhos; responde a questionamentos de psicólogos em relação ao tema e aponta as estratégias a serem encaminhadas junto ao Congresso Nacional para a aprovação de lei nesse sentido.

jornada de boa para os psicólogos

PSI – Como está sendo tratada a questão da redução da jornada dos psicólogos pelo sindicato?

Rogério Giannini – Não é de hoje que os psicólogos estão envolvidos com a questão da redução da jornada. Há um projeto, o 1.858, que tramita no Congresso Nacional desde 1992. Ocorre que, ao longo desse período, diversas situações travaram o avanço dessa proposta. Para dar um breve histórico: o projeto 1.858 chegou a passar pela Câmara e pelo Senado. Nesse processo, sofreu emendas incorporando uma série de pontos que geravam discussão. Por exemplo, tratava de jornada de trabalho e de piso salarial no mesmo projeto. O resultado é que, em 2005, por acordo de líderes, esse projeto foi arquivado. Ainda existe, mas está, como se diz, na gaveta.

PSI – O que ocorreu de lá para cá?

Rogério Giannini – Em 2008, numa iniciativa sem articulação com as entidades da Psicologia, o deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto, o PL 3.338/08 propondo uma jornada semanal de 24 horas. Como se isso não bastasse, o deputado Eudes Xavier, do Ceará, que fez a relatoria na Comissão de Serviço Público, retirou as 24 horas do projeto e substituiu por “negociação” feita em acordo ou convenção coletiva de trabalho, sob a alegação de que estipular a jornada seria inconstitucional! A aprovação do projeto dos assistentes sociais mostra que essa avaliação não se sustenta e nos ajuda a retomar a luta pela jornada de 30 horas.

PSI – Qual a situação atual?

Rogério Giannini – O projeto deixou a Câmara e foi para o Senado, sob o número 150/09 e lá se encontra na primeira Comissão Legislativa, Comissão de Assuntos Sociais. Para a relatoria foi indicada a Senadora Lucia Vânia (PSDB/GO), que está examinando o processo. Isso nos deixa dois caminhos. Ou atuamos

para “enterrar” esse projeto e então apresentar um novo, na mesma linha do projeto da Assistência Social, ou procuramos reformular o projeto já existente, alterando para 30 horas. A vantagem desse segundo caminho é que o projeto voltaria para a Câmara, mas já aprovado pelo Senado. Seria, portanto, um caminho mais curto. Entendo que os manifestos que estamos encaminhando aos senadores podem contribuir para recolocar o projeto 150/09 em sintonia com a proposta de 30 horas.

PSI – O sindicato tem sofrido críticas por sua atuação nessa área?

Rogério Giannini – Tenho ouvido duas críticas de forma bastante frequente. Uma delas é a de que todos os profissionais da área da Saúde têm jornadas regulamentadas por lei, menos os psicólogos. Não é verdade. Até a aprovação, agora, da lei beneficiando os assistentes sociais, somente uma das treze categorias profissionais da Saúde, a dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, tinha limite de jornada. Fizemos questão de publicar a tabela dessas 13 categorias no site do Sindicato para mostrar isso. Vale lembrar, por sinal, que desde 1994, quando foi aprovado projeto beneficiando os fisio/TOs, nenhum projeto de lei tinha vingado nesse sentido.

PSI – E a segunda crítica?

Rogério Giannini – Muitas pessoas me perguntam como uma profissão que acabou de ser criada já tem jornada regulamentada e os psicólogos, cuja profissão já existe há tanto tempo, não têm? Trata-se de um equívoco. A primeira regulamentação da Assistência Social é de 1945. O que acontece é que, em 1993, essa regulamentação foi reformulada. O curioso é que se criou um certo clima de desânimo na categoria, quando deveria ser o contrário. Brincando um pouco, eu diria que é a síndrome do segundo lugar. Eu digo exa-

30 horas os e para a sociedade

tamente o oposto. Que bom que os assistentes sociais tiveram sucesso. Isso vai fortalecer as nossas chances de conseguir também. Que justificativa terá um deputado, que votou a favor da lei de 30 horas para os assistentes sociais, para não votar a favor de proposta semelhante para os psicólogos?

PSI – As 30 horas interessam apenas aos psicólogos?

Rogério Giannini – Não, essa não é uma questão de caráter meramente corporativo. Quando se regula jornada está se falando de condições de trabalho. Não se trata, simplesmente, de “trabalhar menos” ou de “aumentar postos de trabalho”. O fato é que há profissões nas quais o prolongamento da jornada acarreta perda da eficiência. Trabalhar mais de seis horas por dia, em condições que exigem elevada atenção intelectual, como é o caso do psicólogo, leva a isso. O que remete à questão da qualidade do serviço prestado à população. Essa qualidade precisa se manter uniforme do começo ao fim da jornada. É por esse motivo, por sinal, que o Sistema Conselhos de Psicologia se manifesta sobre a questão. Porque é dever da entidade zelar pela qualidade no exercício da profissão.

PSI – Que tipo de resistência enfrenta um projeto dessa natureza?

Rogério Giannini – As resistências costumam surgir dos gestores públicos: prefeitos, secretários de saúde e representantes do Ministério da Saúde. Os serviços de Saúde no Brasil ainda têm um corte muito fordista/taylorista, aquela coisa de linha de produção. O foco se concentra em dar conta da fila de pessoas que acorrem ao serviço de saúde, ficando em segundo plano um olhar mais amplo, sobre as condições epidemiológicas em um dado território, por exemplo. Ou seja: se eu tenho um atendimento a cada meia hora, em 40 horas semanais eu tenho 80 atendimentos; em 30 horas, eu tenho 60 atendimentos. O que diz o gestor? “Essa conta não fecha. Sou contra”. Assim, o desafio é rever essa forma de trabalhar, é mudar a organização do trabalho, colocando o foco no interesse da população.

PSI – O que fazer agora?

Rogério Giannini – É fundamental manter o clima de mobilização da categoria para os parlamentares darem prioridade à nossa causa. Os mais de 15 mil manifestos enviados aos deputados e senadores é uma excelente “porta de entrada” para as entidades negociarem. Só em São Paulo, hoje já somos mais de 80 mil psicólogos. É uma força social considerável. Também somos 20 sindicatos estaduais e temos uma entidade sindical nacional, a FenaPsi, estruturada e com condições de, junto com as demais entidades da psicologia, capaz de levar essa luta. Temos boas chances de vitória. ●

O MANIFESTO

Brasília DF, 04 de outubro de 2010

Dia 3 de agosto foi aprovado no Senado Federal o PLC 152/2008 que dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais Assistentes Sociais definindo-a como de 30 horas semanais e sancionado pelo Presidente Lula em 26 de agosto deste.

É fato que não se trata de reivindicação isolada, pois diversas outras categorias profissionais, como Psicólogos, Farmacêuticos e Enfermeiros, possuem projetos de lei tramitando no Congresso Nacional em variados estágios. O comum entre eles é a reivindicação de jornada de 30 horas semanais. Interessante observar que, antes do PL 152/08, desde a promulgação da Constituição de 1988, somente havia sido aprovada a regulamentação da jornada de 30 horas semanais dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, em março de 1994.

O debate não é novo e podemos afirmar que há grande consenso na sociedade civil sobre o tema. Um bom exemplo são as Conferências de Saúde. Essas Conferências têm decidido favoravelmente pela jornada para 30 horas semanais, como pode ser confirmado pelos relatórios finais disponíveis no site do Ministério da Saúde. É oportuno ressaltar que para se chegar a uma decisão numa Conferência Nacional de Saúde, uma tese deve ser aprovada nas etapas municipais e estaduais. É uma ampla discussão, que envolve o conjunto de delegados, formado por 50 por cento de usuários, 25 de trabalhadores e 25 de gestores (públicos e privados). Não são, portanto, decisões de corte corporativo.

Na nossa visão, a redução da jornada faz parte de um conjunto de medidas que visam preservar a qualidade do exercício profissional. A jornada extensa prejudica o profissional e em consequência o destinatário de seus serviços. Assim, proteger o profissional é proteger a população que ele atende. No nosso caso, a jornada se reveste de características especiais, até pela necessidade de supervisão, formação continuada, participação em congressos científicos e especializações.

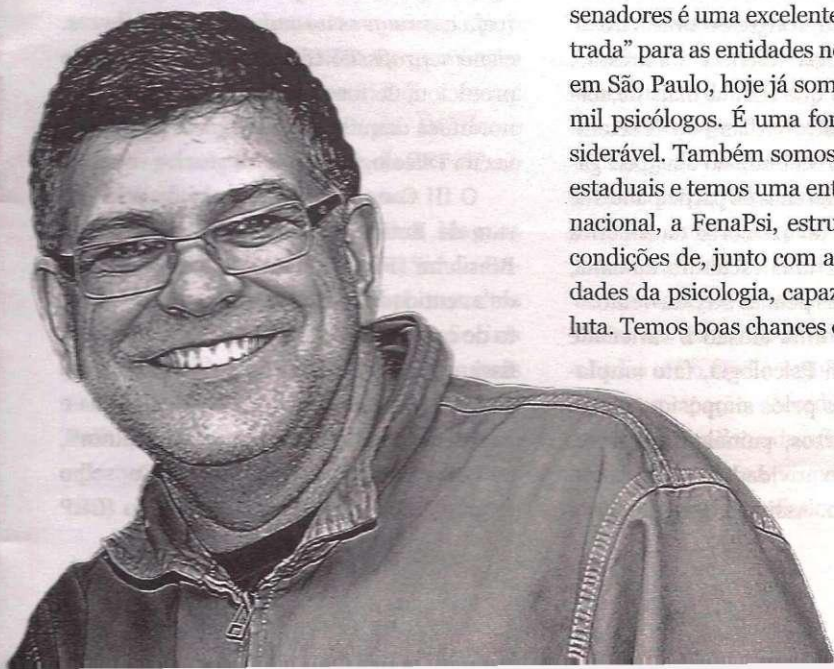
É importante registrar que em diversos municípios e estados, por meio de processos de negociação coletiva, se estabeleceu a jornada de 30 horas para os psicólogos. Em nenhum desses casos há relato ou avaliação de que a redução trouxe prejuízos, pelo contrário, a jornada reduzida é frequentemente apontada como componente de melhoria das condições de trabalho, com reflexos positivos diretos na qualidade dos serviços.

Nossa principal instância democrática de decisão, o CNP (Congresso Nacional da Psicologia), aprovou teses em defesa da jornada de 30 horas e definiu que caberia às entidades sindicais e particularmente à nossa federação sindical nacional, a FenaPsi, encaminhar essa luta, sempre com o apoio do CFP, razão pela qual estamos encaminhando esse manifesto conjunto.

Atenciosamente,

HUMBERTO VERONA
presidente | Conselho Federal de Psicologia

FERNANDA MAGANO
presidente | Federação Nacional dos Psicólogos





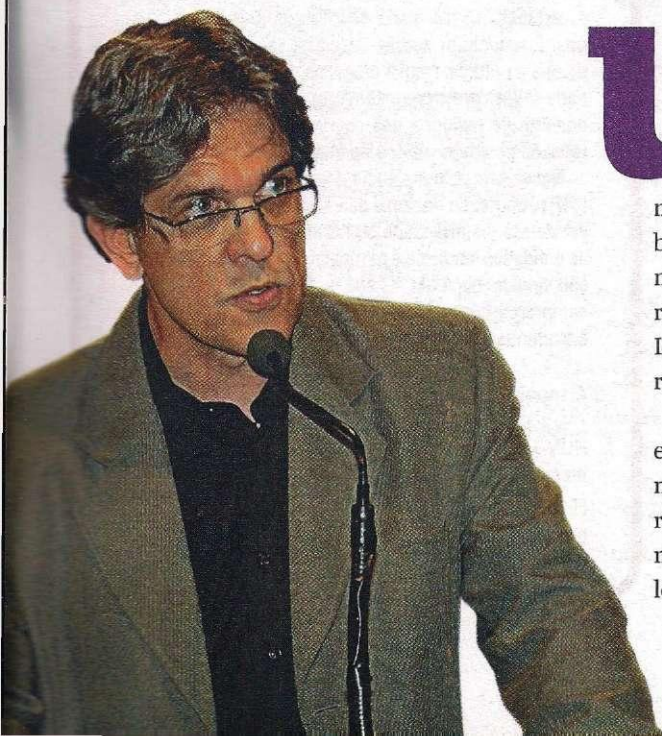
psicologia, uma visão **pan**

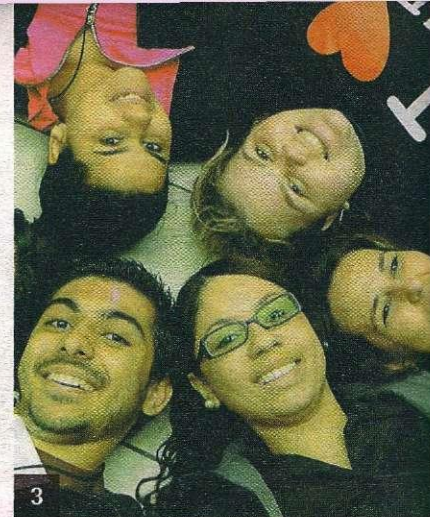
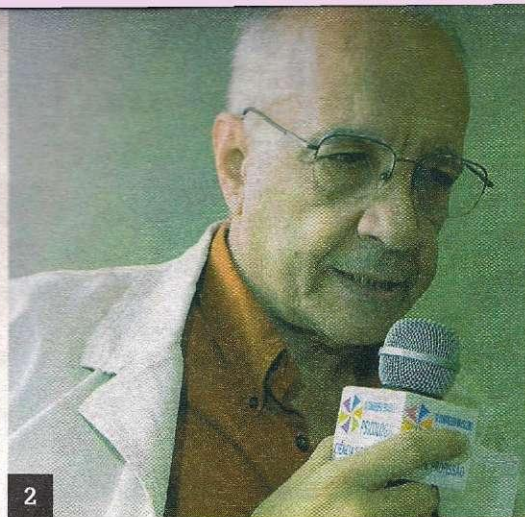
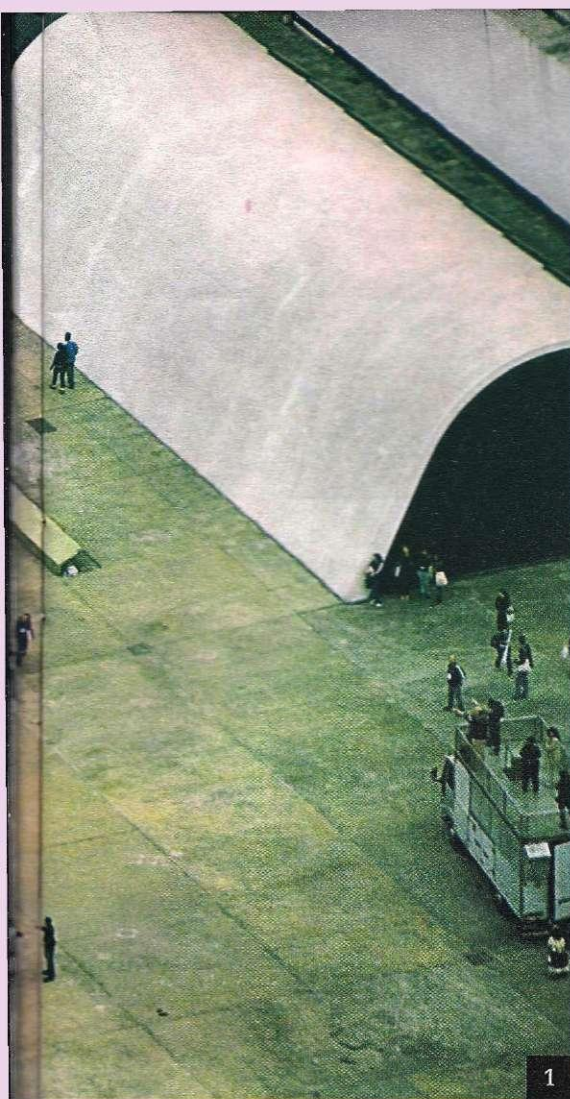
Um cata-vento multicolorido foi o logotipo escolhido para identificar o III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, evento que reuniu mais de sete mil participantes entre os dias 3 e 7 de setembro, em São Paulo. Na tarde do dia 5, ele ganhou vida quando dezenas de participantes se reuniram no pátio do Memorial da América Latina para formar uma escultura humana, reproduzindo as seis pétalas do cata-vento.

O símbolo foi uma alusão à variedade e à diversidade da Psicologia, fato amplamente evidenciado pelos simpósios, mesas redondas, minicursos, painéis e pôsteres, num total de 4.800 atividades realizadas ao longo do encontro. Assim como o registro

feito de um helicóptero ajudou a mostrar a figura representada pela escultura humana (veja as imagens no endereço <http://www.cienciaeprofissao.com.br/III>), o congresso propiciou, de forma similar, uma visão panorâmica daquilo que melhor se pensa e se faz na Psicologia brasileira atual.

O III Congresso foi promovido pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) que congrega um total de 21 entidades da Psicologia brasileira, tanto de caráter científico, sindical quanto profissional. As atividades foram realizadas no auditório do Memorial da América Latina e nas dependências do campus da Uninove, na Barra Funda, em São Paulo. O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP





orâmica

SP) contribuiu para a realização do evento na constituição da Comissão Executiva, em atividades como simpósios e mesas, bem como em estande do FENPB, no qual foram distribuídas produções da entidade, como os Cadernos Temáticos, vídeos, um DVD com todas as principais produções do CRP-SP e o livro *Psicologia e Povos Indígenas*.

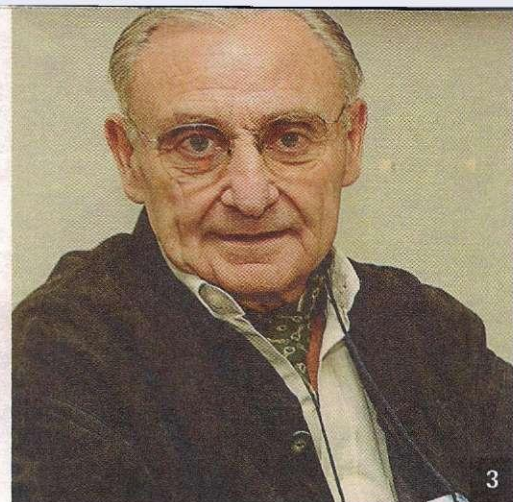
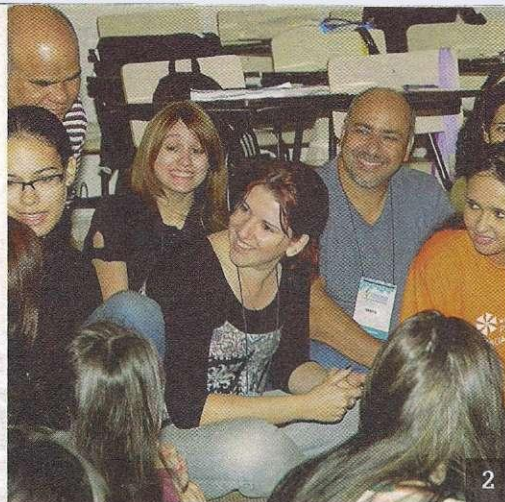
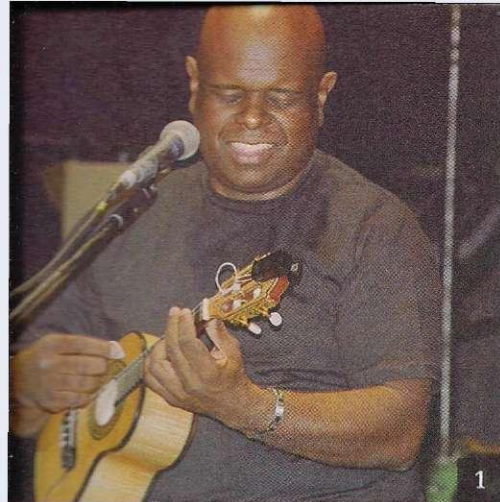
A realização dos Simpósios Magnos *Ciência e Profissão* no auditório Simon Bolívar, do Memorial, foi um dos pontos altos do evento. Em *Novas Demandas Sociais para a Psicologia, Psicologia e Processos Sociais Institucionalizados e Psicologia e Políticas Públicas*, os convidados tiveram a oportunidade de debater alguns dos temas mais significativos para a Psicologia brasi-

leira nos dias de hoje. Após os simpósios magnos, atividades culturais eram apresentadas no auditório, enquanto, no saguão do Memorial, ocorriam outras ações, como o lançamento de livros.

Na avaliação da coordenadora do congresso, Maria da Graça Marchina Gonçalves, o interesse dos participantes pela programação do CBP foi comprovado pela elevada frequência a todas as atividades. "Podemos observar grande interesse por todas as modalidades e pelos diferentes temas. As atividades eram acompanhadas até o final e seguidas de debates com boa participação. Acreditamos que saímos todos revigorados e desafiados para continuar nossa produção, na pesquisa, na formação e na atuação profissional." ➔

Com a participação de mais de 7 mil pessoas, o III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão propiciou um amplo olhar sobre o pensar e o fazer da Psicologia no Brasil e na América Latina. Para o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona (*página ao lado*) a construção de redes que permitam um contato e uma articulação permanente entre os psicólogos é um dos principais desafios a serem enfrentados daqui para frente. As fotos mostram momentos que marcaram o III CBP.

- 1) Escultura humana forma um cata-vento multicolorido, símbolo do III CBP, no Memorial da América Latina.
- 2) O sociólogo Emir Sader fala sobre as relações entre o Brasil e a América Latina e a necessidade de construção de uma identidade comum.
- 3) Psicólogos e estudantes de Psicologia de todo o Brasil estiveram presentes no III CBP.
- 4) Apresentações musicais animaram os intervalos da programação, que contou com mais de 4.800 atividades.
- 5) Nos debates com a presença de especialistas, a diversidade e o diálogo da Psicologia.

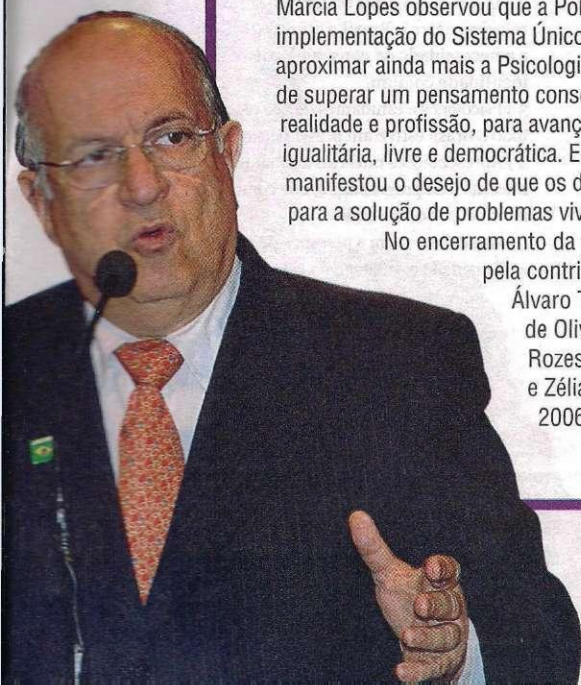


EM SINTONIA COM OS DIREITOS HUMANOS

A cerimônia de abertura contou, entre outras, com as presenças do ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, enviou mensagem saudando os congressistas.

Paulo Vannuchi destacou os estreitos vínculos entre Direitos Humanos e Psicologia e falou sobre o papel que esta pode desempenhar no combate a violações envolvendo crianças e adolescentes, questões raciais e de gênero. Márcia Lopes observou que a Política Nacional de Assistência Social e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) devem aproximar ainda mais a Psicologia e o Serviço Social e defendeu a necessidade de superar um pensamento conservador, que distancia ciência, conhecimento, realidade e profissão, para avançar na construção de uma sociedade igualitária, livre e democrática. Em sua mensagem, Luiz Inácio Lula da Silva manifestou o desejo de que os debates travados no III CBP contribuíssem para a solução de problemas vividos pela população brasileira.

No encerramento da cerimônia de abertura foram homenageados, pela contribuição à Psicologia brasileira, os psicólogos Álvaro Tamayo, Chica Hatakeyama, Luiz Marcelino de Oliveira, Maria Solange Felix, Reinier Rozestraten, Tereza Maria de Azevedo Pires Sério e Zélia Mendes Biasoli Alves, que faleceram entre 2006 e 2010.



PROPOSTA – O III Congresso teve a especial preocupação em aproximar ciência e profissão e, ao mesmo tempo, ser um panorama amplo da Psicologia. “Os eventos da Psicologia costumam ser setorizados e atraem, fundamentalmente, pessoas ligadas à academia”, diz Maria da Graça. “Foi para vencer esses limites que decidimos dar ênfase tanto na diversidade dos temas como no diálogo entre a pesquisa e a profissão”. Em linhas gerais, ela acredita que esses objetivos foram alcançados. “A variedade dos trabalhos apresentados e o grande número de participantes, de todas as partes do Brasil, foram indicadores nesse sentido”, diz.

Ainda sobre a articulação entre ciência e profissão, a coordenadora do III Congresso destaca que ela ficou realçada em diversos momentos, como nos simpósios, que contaram com a presença de um profissional e de um pesquisador reconhecidos, ou em espaços como ‘Como eu faço’, nos quais os aspectos da prática puderam ser amplamente abordados. “Penso que o desafio, para o futuro, é mapear melhor as experiências e encontrar formas mais efetivas de chamar os profissionais a participarem dos debates”, afirma Maria da Graça.



REDES – Integrante da Secretaria Executiva do III CBP, a então presidente do CRP SP, Marilene Proença, destacou a importância do evento como um espaço no qual os representantes das diversas entidades da Psicologia brasileira puderam se reunir e articular sua atuação. Apontou também a presença de diversos participantes de entidades da Psicologia de outros países do continente, fortalecendo a Psicologia na América Latina e observou a riqueza dos debates, no qual todas as áreas de conhecimento da Psicologia estiveram representadas.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, falou da importância da participação de profissionais, estudantes e pesquisadores da Psicologia do Brasil inteiro. “As atividades deixaram clara a riqueza do que está se produzindo na Psicologia”, disse. Segundo ele, contudo, há ainda um grande desafio que é o de fazer com que essa diversidade “converse” entre si. “Temos que produzir espaços onde essa riqueza de produção possa se encontrar. Acredito que uma primeira iniciativa seja chamar os principais representantes desses campos e estimular a formação de redes por meio das quais essa troca se torne possível e regular.”

ESPAÇO ABERTO AOS ESTUDANTES

Uma das novidades do III CBP foi o debate dos trabalhos apresentados nos pôsteres, que também possibilitaram a exposição de trabalhos por estudantes de Psicologia. Para estimular e valorizar as apresentações, pesquisadores foram designados pela Comissão Científica para debater com os expositores. Ao fim de cada tarde, os participantes do congresso que acompanhavam essas apresentações podiam avaliar o resultado em um formulário distribuído para esse fim. Com base nessas avaliações, eram exibidos os três trabalhos considerados, pelos participantes, os melhores de cada dia.

Outro momento importante para os estudantes foi a entrega, realizada no encerramento do III Congresso, do Prêmio Sílvia Lane, instituído pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). O prêmio deste ano avaliou 110 trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágios. Os vencedores foram Thiago Luiz da Silva, de Lorena (SP), com o trabalho “Entre discursos e vazios, apontamentos de um estagiário na Delegacia de Defesa da Mulher”, e Patrícia Fabiana Moura, de Belo Horizonte, com “Da favela ao residencial – reassentamentos populares e modos de vida”.

- 1) Shows realizados no auditório Simón Bolívar, do Memorial da América Latina, marcaram o final de cada dia do III CBP.
- 2) Uma ampla troca de experiências foi estimulada entre os participantes do evento nas dependências da Uninove.
- 3) Osvaldo Filidoro, professor titular de Epistemologia da Universidade Del Salvador, na Argentina, palestrante convidado pela ABRAP.
- 4) Patrícia Fabiana de Moura, uma das ganhadoras do Prêmio Sílvia Lane.
- 5) Atividades contaram com grande participação de psicólogos e estudantes.
- 6) A Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, defendeu a aproximação entre a Psicologia e o Serviço Social.
- 7) Cerimônia de abertura do III CBP, que a presença de convidados e grande participação de público.

uma américa latina mais próxima

A proximidade entre os psicólogos latino-americanos vem se aprofundando de maneira crescente. Esse fato ficou evidenciado em duas iniciativas recentes – o III Diálogos Latino-Americanos, que integrou o III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão e o debate *on-line* Uma Psicologia para a América Latina: Entre Nessa Conversa, organizado pela União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi). Neles foi possível reunir psicólogos do Paraguai, México, Argentina, Costa Rica, Uruguai, Peru, Bolívia, Cuba, Guatemala e Chile para debater questões e desafios envolvendo a construção de uma Psicologia capaz de atender efetivamente as necessidades da população.

A presença de psicólogos de vários países do continente permitiu uma rica troca de experiências ao longo do III Diálogos. O mesmo pode ser dito do debate *on-line* realizado no dia 6 de outubro, com debatedores de cinco países. Nesse último evento, registraram-se nada menos de 6.700 pontos conectados e a participação de psicólogos, que enviaram suas mensagens. Realizado no dia 6 de outubro, o debate *on-line* também foi utilizado para comemorar antecipadamente o 8 de Outubro, Dia da Psicologia Latino-Americana.

“Todas essas iniciativas e outras como a Biblioteca Virtual de Psicologia, que se estende pelas mãos da Ulapsi para vários países, visam à circulação cada vez mais ampla e prioritária das produções em Psicologia”, afirma Ana Bock, Secretária Executiva da Ulapsi. “São produções que nascem de nosso chão e falam de nosso povo. São formas de combatermos nossa alma e nosso saber colonizados. Precisamos de uma Psicologia latino-americana e é este o trabalho que procuramos fazer na Ulapsi.”

NO MÉXICO - Além desses dois acontecimentos vale registrar a participação das psicólogas brasileiras Lumena Celi Teixeira e Angela Soligo no evento *Dialogos com la Psicología Latinoamericana*, promovido pela Ulapsi, no México. Lumena relatou seu trabalho frente à ONG Camará, que se dedica ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em São Vicente (SP), e fez contatos com vistas a reproduzir a iniciativa na cidade mexicana de Xalapa.

Nesta matéria, o Jornal PSI publica uma entrevista com o psicólogo cubano Manuel Calviño e sua visão sobre a América Latina; um relato do psicólogo Alexis Lorenzo Ruiz sobre a experiência cubana no Haiti, após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 e o texto comemorativo sobre o 8 de Outubro, assinado pela Comissão Executiva da Ulapsi. ●

EMERGÊNCIAS E DESASTRES: A EXPERIÊNCIA NO HAITI

O acompanhamento psicológico à população haitiana após o terremoto de 12 de janeiro deste ano foi o tema da exposição de Alexis Lorenzo Ruiz, de Cuba. Nela, o professor da Universidade de La Habana e integrante do Consejo Consultivo y Comité Técnico Del Centro Latinoamericano de Medicina de Desastres (Clamed) detalhou as ações realizadas no local com o objetivo de apoiar as vítimas do acontecimento. A experiência no Haiti foi um dos aspectos envolvendo o tema das Emergências e Desastres, dentro do III Diálogos Latino-Americanos.

“A proposta foi a de promover atividades como jogos, desenhos e leitura de histórias infantis para reduzir os efeitos negativos da situação”, disse. A estratégia visava, também, envolver os pais e fazer com que eles participassem do processo de reconstrução. Um detalhe que chamou a atenção de Ruiz foi uma apresentação das crianças, organizada em um ginásio de esportes. Não apenas os pais compareceram em grande número, como as crianças se apresentaram com seus uniformes brancos, de forma impecável. “Naqueles dias, a falta de água era um dos problemas mais graves do país”, observou Ruiz. “Não sei como eles fizeram, mas penso que esse fato mostra como o trabalho conseguiu envolver as famílias e contribuiu para uma atitude construtiva frente àquela situação de dificuldade.”

Com o correr do tempo, a experiência realizada em Porto Príncipe foi repetida em outras localidades do Haiti. Ruiz destacou, nesse processo, o papel da equipe de facilitadores, formada por lideranças locais de moradores, e a importância da contínua avaliação do trabalho realizado, no sentido de se buscar ajustes. Apesar de bem-sucedida, Ruiz observou que a ação desenvolvida no Haiti não pode ser tomada como uma fórmula. Segundo ele, cada situação requer um programa psicossocial específico, que deve levar em conta, entre outros aspectos, os fatores de proteção de cada indivíduo, comunidade e sociedade.



integração e reconhecimento

Professor na Universidade de Havana, Manuel Calviño atua em uma clínica terapêutica e comanda um programa de televisão de orientação social. Presente ao III Diálogos Latino-Americanos, ele falou sobre a semelhança dos problemas que o continente enfrenta, da necessidade de reconhecê-los e da importância de integração de esforços dos psicólogos latino-americanos para dar respostas a essas situações de dificuldades.

PSI – Qual sua avaliação sobre os Diálogos?

Manuel Calviño – Os Diálogos trazem muitos temas fundamentais ao desenvolvimento da Psicologia na América Latina. Em primeiro lugar há a questão da integração. A Psicologia não avançará na América Latina se nós, psicólogos, de alguma maneira, não fizermos um intercâmbio de experiências e de possíveis soluções. Historicamente, e em parte pela ação de governos passados, essa aproximação nunca foi estimulada. Penso que isso representou uma perda. Ao fim e ao cabo, acho que somos muito mais parecidos do que diferentes e que temos muito a nos beneficiar dessa troca. E em segundo lugar, o diálogo não é só um diálogo entre psicólogos, mas também um diálogo com a realidade. Uma Psicologia que não dialoga com a realidade é uma mentira. Temos que superar essa situação.

PSI – O que está se fazendo hoje em termos de trabalhos conjuntos?

Manuel Calviño – Existem linhas de trabalho e pesquisas sobre temas como a violência, por exemplo. Falo de violência urbana, de violência na família ou de violência do próprio Estado. Outro tema importante é o da migração. Há bolivianos, argentinos, cubanos no Brasil; há brasileiros por toda a América Latina e pelos Estados Unidos e assim por diante. Acho que é possível falar que a população na América Latina é transcendente. Isso coloca questões diversas, entre elas a necessidade de superar discriminações e a de estimular um sentido de identidade. Se avançarmos para uma integração cultural, social,

política e econômica, precisaremos ser capazes de nos representar mutuamente. Ser capazes de nos vermos como únicos, sem abdicar de nossas diferenças.

PSI – De que modo essa visão impacta a Psicologia?

Manuel Calviño – Temos um problema teórico que é o de responder qual Psicologia queremos para o nosso continente. A Psicologia que temos hoje não dá conta da nossa realidade, da nossa história. Acima de tudo ela é, abusivamente, definida fora de nossos países, isto é, a partir de Estados Unidos e Europa. Não estou dizendo que essa Psicologia é boa ou má. Estou dizendo é que ela não dá conta dos nossos problemas. Acredito que a criação da Ulapsi (União Latino-Americana de Entidades da Psicologia) é um passo na direção de desenvolvermos uma Psicologia voltada para a nossa realidade.

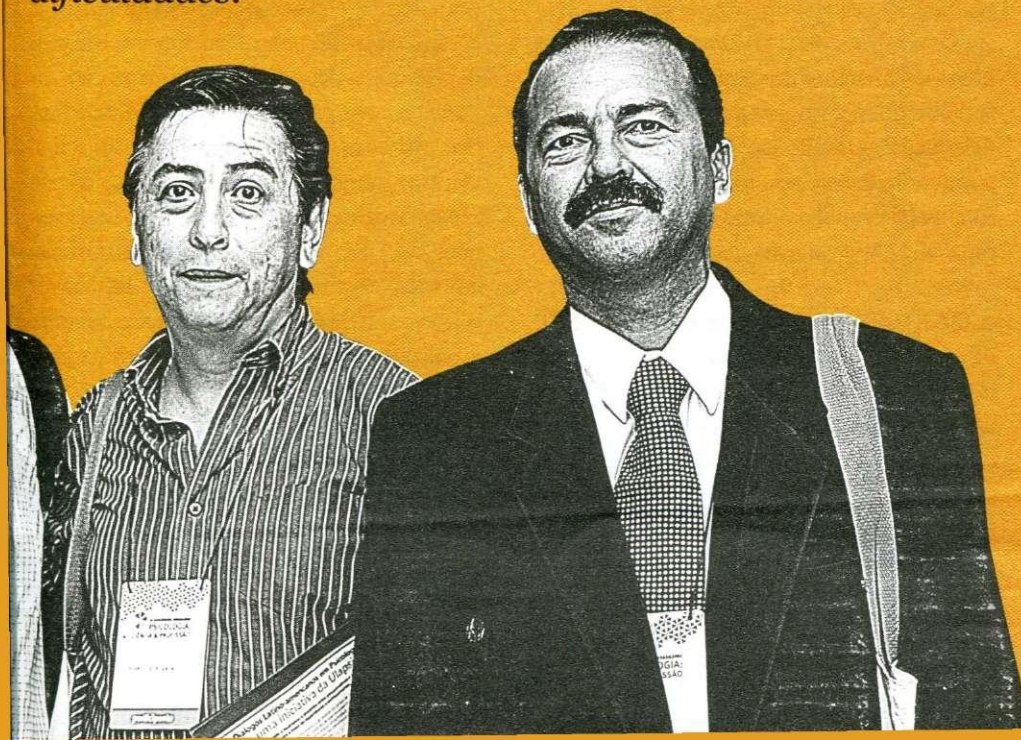
PSI – Como tem sido sua experiência com psicólogos de outros países? O senhor tem feito trabalhos em comum?

Manuel Calviño – Tenho compartilhado experiências do trabalho que faço em Cuba, mas é claro que isso é apenas um ponto de partida. O que se estabelece, na verdade, é um diálogo no qual você contribui com algumas coisas, aprende outras, e procura criar alguma coisa nova a partir disso. A Psicologia sempre foi muito autocrática, sempre partiu do princípio do “eu sei o que você deve fazer”. Penso que não é essa a Psicologia de que precisamos.

PSI – Neste evento o senhor participa de um debate sobre o papel da mídia. Qual a sua visão a respeito?

Manuel Calviño – Hoje somos escravos da mídia, com seus celulares, TVs, DVDs. Acreditamos mais no que passa na TV do que naquilo que presenciamos ao nosso lado. Isso é perigoso. A verdade da mídia, como sabem os que nela trabalham, é absolutamente construída. Mas diante disso, nós podemos, pelo menos, fazer com que as pessoas tenham consciência desse fato e que tenham uma relação mais crítica com a mídia e o que ela diz.

Encontro Latino-Americano: Maria da Graça Marchina Gonçalves, coordenadora do III CBP, e os psicólogos Manuel Calviño (Cuba), Marco Murueta (México) e Alexis Ruiz (Cuba).



fique legal

fique em dia com a psicologia

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) realiza constantemente a campanha **Fique Legal. Fique em Dia com a Psicologia.**

O objetivo é que os psicólogos inscritos no Conselho quitem débitos pendentes e mantenham seus dados cadastrais atualizados.

O QUE FAZ O CRP SP – O trabalho desenvolvido pelo CRP SP abrange uma série de atividades que não podem ser realizadas sem os devidos recursos. Para citar apenas algumas:

- O atendimento aos psicólogos na sede e nas nove subsedes distribuídas pelo estado;
- O desenvolvimento de publicações e produções que divulguem as referências para a profissão;
- A promoção de debates em áreas como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Direitos Humanos, entre outras, nas quais os psicólogos atuam;
- Iniciativas de defesa da qualidade do exercício profissional, como o acompanhamento de editais de concursos que possam demandar o trabalho de psicólogos;
- A mobilização política em torno de temas como o Projeto de Lei do Ato Médico (veja na página 19) ou a jornada de 30 horas semanais para os psicólogos (veja na página 4).
- A realização de orientações e fiscalizações;
- O julgamento de processos éticos e demais atividades regimentais.

Os recursos do CRP SP, assim como dos demais Conselhos Regionais, também dão suporte financeiro ao Conselho Federal de Psicologia, que tem por finalidade garantir a unidade das ações e a qualidade do exercício profissional em todo o país. Cada CRP repassa 25% de sua arrecadação ao CFP.

A OBRIGAÇÃO DE COBRAR – O CRP SP deve, por obrigação legal, efetuar a cobrança dos inadimplentes. São considerados inadimplentes aqueles que não quitam integralmente a anuidade de um ano base até 1º de abril do ano seguinte. Isso significa que os psicólogos que não pagaram a anuidade de 2009 ou de anos anteriores estão

inadimplentes. Atualmente o CRP SP conta, aproximadamente, com um total acumulado de 8 mil psicólogos nessa situação.

A obrigação legal deriva do fato de ser o CRP SP uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de Direito Público. Isso significa que a entidade é fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e tem, portanto, obrigações legais no que se refere à gestão de seus recursos.

O CRP SP tem seguido os procedimentos de cobrança previstos na Resolução CFP 003/2007. Os casos não solucionados serão, assim, levados à cobrança judicial.

ATUALIZE SEU CADASTRO – Assim como o pagamento das anuidades devidas ao CRP SP, é também obrigação legal do psicólogo manter seus dados cadastrais atualizados, sob pena de processo administrativo, conforme a resolução CFP nº 005/2001. Vale lembrar que os Conselhos têm entre suas finalidades essenciais zelar pelo adequado exercício da profissão, assegurando, assim a proteção da população.

A atualização dos dados permite que o profissional seja prontamente localizado para tomar conhecimento de fatos que o afetem, seja receber informações sobre mudanças na legislação seja um atraso no pagamento seja para responder a uma denúncia levada ao conhecimento do Conselho. Garante, ao mesmo tempo, que o psicólogo receba regularmente todas as comunicações do CRP SP – comunicados, jornais, convites para atividades e mobilizações – o que contribui para que ele se mantenha atualizado com relação às referências produzidas na área.

O *site* do CRP SP dispõe de uma área onde o psicólogo pode atualizar seus dados cadastrais. É simples e rápido. Atualize já e Fique Legal com a Psicologia. ●

orientar para não punir

O CRP SP, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização – COF, quer os psicólogos procurando mais o Conselho para debater questões relacionadas ao exercício de sua profissão e ao seu papel junto à sociedade.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem entre as suas atribuições a de orientar e fiscalizar o exercício profissional dos mais de 68 mil psicólogos que atuam em todo estado. Essa atribuição é de responsabilidade da COF, que tem como objetivos garantir a qualidade dos serviços prestados à população e contribuir para o aperfeiçoamento ético e técnico da profissão, respeitando as suas peculiaridades. Orientar e fiscalizar, contudo, não pode ser reduzido a “vigiar e/ou punir”.

O grupo de psicólogos conselheiros, que acaba de assumir a nova gestão do CRP SP, tem a clareza de que é importante para os psicólogos entenderem a atuação do Conselho nesse campo. Quer, ao mesmo tempo, estimular os contatos com o CRP SP em busca de esclarecimentos sobre direitos e deveres, procedimentos, tomadas de decisão e aplicação da legislação.

“Dúvidas e dilemas éticos fazem parte do dia a dia das profissões”, diz a presidente do CRP SP, Carla Biancha Angelucci. Ela reconhece, contudo, que questões desse tipo não costumam ser abordadas de forma aberta e direta. “Na história dos Conselhos

de profissão, reportar uma dúvida sobre um assunto controverso não se constituiu em regra, até pela possibilidade de que tal consulta pudesse produzir prova material contra o próprio profissional”, diz. “Nós queremos tirar essa ênfase no aspecto punitivo e reforçar o aspecto da orientação. Os psicólogos podem nos contatar sempre que quiserem esclarecer dúvidas nesse campo”.

Esse fato, afirma, não substitui as ações de fiscalização, que são extremamente necessárias para proteger a população, garantindo que a prestação de serviços psicológicos seja feita dentro dos parâmetros regulamentados pelo Sistema Conselhos e pela legislação. “É necessário destacar que, diante de cada denúncia que recebemos, dispara-se um cuidadoso processo de apuração, em que todos os envolvidos são ouvidos, respeitando-se os princípios da ampla defesa e do contraditório”, afirma a presidente do CRP SP. “Isso quer dizer que, frente a uma denúncia, o(a) psicólogo(a) terá todas as oportunidades de esclarecer o ocorrido. Enfim, o que queremos dizer é que denúncia não é julgamento nem tiro à queima roupa. É processo de investigação, composto por versões de todos os envolvidos.”

Para a conselheira Graça Maria de Carvalho Camara, atual coordenadora da COF, uma das metas desta gestão é a de aproximar as ações de orientação e fiscalização ao dia a dia dos psicólogos, respeitando a diversidade de campos e abordagens psicológicas, bem como as especificidades de cada contexto de trabalho e de região do estado. “Vemos a orientação e a fiscalização como um conjunto de ações que garantam a qualidade dos serviços psicológicos prestados e o fortalecimento da profissão, acima da ação de polícia que nos é atribuída”, afirma.

De acordo com Graça, o CRP SP dispõe de uma equipe de psicólogas, concursadas e qualificadas como Assistentes Técnicas, que orientam a todas as solicitações dos profissionais e da comunidade em geral via telefone, e-mail, carta ou pessoalmente. “Quando as orientações precisam ser mais abrangentes, os psicólogos são convidados a receberem orientação com conselheiros e assistentes técnicas na sede do Conselho”, explica.

Situações, queixas ou dúvidas frequentes são discutidas em reunião periódica da COF, da qual participam a equipe técnica, convidados especialistas por temática e conselheiros. Nessas reuniões são propostos os caminhos como: orientações específicas a todos os psicólogos, eventos de discussão sobre o tema abertos à categoria, além de consulta ao CFP e/ou solicitação de esclarecimentos, resoluções e/ou notas técnicas.

Vale notar que, em diversos casos, o profissional recebe um prazo para regularizar uma dada situação ou adotar uma nova conduta. A abertura de um Processo Disciplinar Ético do profissional só acontecerá se, depois do prazo estabelecido (e documentalmente registrado), não se constatar o cumprimento das orientações. ●

a vida através das lentes

Projeto com moradores em situação de rua coloca em evidência a desigualdade social em São Paulo

Há cerca de um ano, as perspectivas de vida de Marcelo Leite de Matos e de Jakeline Pereira de Andrade, ambos com 29 anos, não eram das mais promissoras. Recém-chegado de Porto Seguro, Bahia, e sem conseguir emprego, ele foi morar nas ruas de São Paulo. Brigada com a família e depois de deixar a casa onde trabalhava como empregada doméstica, Jakeline seguiu pelo mesmo caminho. Ali, dizem, entenderam o que é sentir fome, frio e medo.

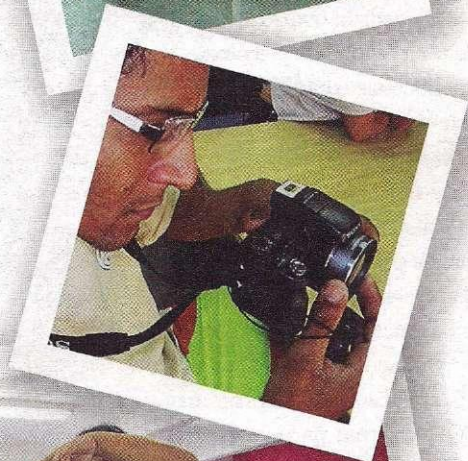
As ruas em torno da Monsenhor Andrade, no bairro Brás, poderiam ser, ainda hoje, o local de moradia de ambos se, mais ou menos na mesma época, um grupo de jovens empresários não estivesse dando uma chance ao improvável. De conversas entre eles e da vontade de colocar em evidência as brutais desigualdades que tendem a ser ignoradas pelas elites em uma cidade rica como São Paulo surgiria alguns meses depois o Projeto Trecho 2.8 – Criação e Pesquisa em Fotografia.

O nome do projeto aproxima referências de dois mundos socialmente distantes: de um lado, a palavra “trecho”, associada à “trecheiro”, forma como os próprios moradores referem-se a si mesmos; de outro, “2.8”, a abertura de diafragma de máqui-

nas fotográficas, um item de tecnologia que durante anos esteve restrito a classes mais abastadas. Aponta, também, para uma de suas múltiplas propostas: dar a um grupo de moradores em situação de rua a oportunidade de, pela fotografia, alcançar um *status* cidadão.

A concretização do Trecho 2.8 aconteceu por meio de uma parceria entre o Instituto Brasis Estudos e Ações e o Gens Instituto de Educação e Cultura. Coordenador do projeto juntamente com Gracia Lopes Lima, o psicólogo Edson Fragoza trouxe consigo experiências similares desenvolvidas no CAPS Itapeva. “Fizemos contato com pessoas que trabalhavam com moradores em situação de rua e selecionamos 11 moradores interessados em participar do projeto”, relata. Marcelo e Jakeline estariam entre eles.

De abril de 2010 até hoje, os participantes se reúnem duas vezes por semana às segundas e quartas-feiras, numa sala do Instituto Brasis, no centro de São Paulo Dali, saem com máquinas fotográficas, fazem seus registros e, posteriormente, falam sobre o trabalho realizado. Jakeline, por exemplo, tem retratado prédios da cidade. Marcelo, por sua vez, se fixou



Ao alto, entre a moldura, os pais Marcelo e Jakeline, como o filho Daniel. Abaixo, experimentos fotográficos e oficinas realizados na sede que abriga o projeto Trecho 2.8. Ao lado, foto tirada na antiga estação ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André.

EDIONE FERREIRA





“O projeto não foi formatado como uma solução para pobres coitados. Estamos formando um grupo capaz de entender o contexto social que os trouxe até aqui e de pensar ações coletivamente”

GRACIA LIMA,
coordenadora do
projeto Trecho 2.8

no olhar das pessoas. Eventualmente, eles trabalham sobre um tema, como no passeio feito em conjunto à estação ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André.

Ainda que a fotografia seja um elemento central do projeto e que exista uma preocupação em alcançar resultados de qualidade, a proposta do Trecho 2.8 não é dar a seus participantes uma formação, no sentido tradicional. “Algumas técnicas são discutidas, mas isso é apenas parte das conversas que estimulamos aqui”, explica Fragoaz.

De fato, essas conversas se estendem para uma série de outros temas, visando que os participantes formem uma compreensão mais ampla da realidade e pensem formas de intervenção sobre ela. Como diz Gracia Lima, “o projeto não foi formatado como uma solução para pobres coitados. Estamos formando um grupo capaz de entender o contexto social que os trouxe até aqui e de pensar ações coletivamente.”

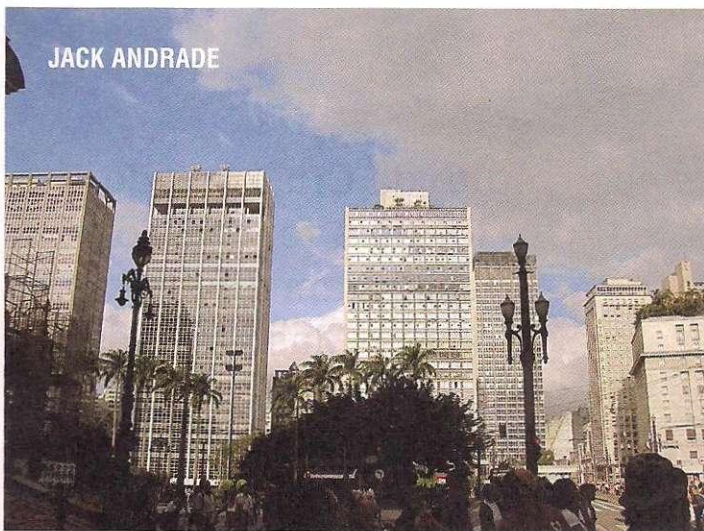
Os participantes recebem uma bolsa mensal de R\$ 250,00. A idéia, contudo, é

que eles possam criar uma fonte de geração de renda a partir de seu trabalho. Em parte, foi esse o objetivo buscado com a exposição das fotos realizada em outubro na loja Op Art, da Oscar Freire, e com o leilão de 50 fotos realizadas pelos participantes na Villa Daslu, um dos ícones do consumo de luxo na cidade.

O resultado foi o que se pode chamar de um sucesso de crítica e de público. “Alguns fotógrafos profissionais que foram à exposição ficaram impressionados com os resultados”, relata Fragoaz. Quanto ao sucesso de público, todas as fotos foram vendidas no leilão. O lance mínimo era de R\$ 600,00 e algumas fotos alcançaram mais de mil reais. O valor arrecadado foi dividido: metade para o projeto, metade para autores das fotos.

Ainda que a iniciativa tenha alcançado seus objetivos – e atraído a atenção de vários veículos da mídia para o Trecho 2 – seus participantes pensam em formas mais constantes de sustentação financeira

JACK ANDRADE



MARCIO PASSOS



MARLI PEREIRA DIAS



Uma delas é a criação de uma empresa de serviços por meio da qual seriam oferecidos serviços profissionais em fotografia. A empresa com fins lucrativos já tem nome, Caititi, e está sendo estruturada junto com os idealizadores do Instituto Brasis.

De resto, Marcelo e Jakeline, que se uniram à época em que viviam na rua

(hoje ocupam um cômodo numa casa no Brás), têm desde o dia 19 de outubro uma responsabilidade maior: cuidar do recém-chegado Daniel. Juntos, valorizados por seu trabalho e conscientes do mundo que os cerca, eles têm na esperança um novo aliado para encarar a realidade. ●

Acima, os diferentes olhares para a cidade de São Paulo, pelos participantes do projeto.

Mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) levam à realização de audiências que asseguram direitos a abrigados em todo o país. Mas o processo ainda precisa ser aperfeiçoado.

os bons resultados das audiências

concentra

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, por meio da instrução normativa nº 02/2009, a realização das chamadas audiências concentradas, uma força tarefa com o objetivo de rever a situação das estimadas 50 mil crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional em todo o país. O esforço visa atender à lei 12.010 de 2009, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar e comunitária. A lei, dentre outros, acrescentou dois pontos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): ninguém pode ficar acolhido em instituições por mais de dois anos e todos têm direito a ter sua situação reavaliada a cada seis meses.

A decisão do CNJ foi tomada após reunião com os coordenadores da Infância e da Juventude e inspirada em prática que já vinha ocorrendo em alguns estados brasileiros, em especial, no Rio de Janeiro. No estado de São Paulo, onde há perto de 13 mil crianças acolhidas em instituições (4 mil na capital), foram realizadas 2.400 audiências concentradas entre agosto e outubro de 2010. Como resultado desse trabalho, 586 crianças e adolescentes retornaram à família de origem; 231 crianças e adolescentes foram colocadas em família substituta (guarda, tutela ou adoção) e processos de destituição do poder familiar foram determinados no caso de 208 crianças e adolescentes.

Na avaliação de Eduardo Rezende Melo, Juiz da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul e membro da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, esses números podem ser considerados expressivos, em especial quando se considera as dificuldades que envolveram a realização dessa primeira rodada de audiências e a multiplicidade de atores participantes: gestores públicos, educadores, psicólogos, assistentes sociais, familiares, conselheiros tutelares e advogados, além dos próprios juizes. “As audiências concentradas estão fazendo com que as crianças passem a ter rosto perante o poder público e que providências garantido-

ras dos seus direitos sejam tomadas”, diz.

As audiências concentradas deverão ocorrer, a partir de agora, a cada seis meses. Entre profissionais envolvidos com a questão, há a avaliação de que há melhorias a serem alcançadas para que a iniciativa atinja os resultados a que se propõe. O próprio juiz Eduardo Melo toma a frente para apontar as dificuldades encontradas no processo. Entre elas, o curto espaço de tempo previsto pelo CNJ para a organização e realização das audiências; a falta de juizes substitutos para auxiliar magistrados e a sobrecarga das Varas no interior do estado.

Um caso concreto - No II Encontro Estadual de Adoção promovido pela OAB SP, realizado em 27 de novembro, Nelson Aldá Filho, fez uma avaliação das audiências como coordenador do Abrigo Santa Teresinha, em Carapicuíba. Segundo ele, o processo foi antecedido por diversos preparativos, entre eles a realização de três rodas de conversas com as crianças ou atendimentos individuais com aqueles que não queriam falar de sua situação em grupo.

Outro cuidado foi esclarecer as crianças sobre o processo, trabalhando, sobretudo com suas expectativas. Também foi solicitado ao juiz que as audiências se realizassem na instituição e também que as convocações judiciais para as famílias fossem feitas através do abrigo, dando assim uma oportunidade de que essas famílias fossem plenamente informadas sobre a situação. Aldá atribuiu a esse fato a presença maciça de familiares nas audiências, mais de 65%, “um índice altíssimo, considerando que a maioria sequer vive na cidade ou na região”.

‘O PIA TEM QUE PIAR’

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) é um dos grandes desafios evidenciados pelas audiências. “A importância do PIA é tamanha que chegamos a criar um mote - ‘o PIA tem que piar’ - para dar a idéia de que ele tem de ser visto, não como um mero documento, mas como um guia condutor de ações, tendo a criança ou o adolescente como protagonista”, relata Nelson Aldá Filho. Segundo Eduardo Melo, as audiências deixaram claro que faltam equipes nos serviços de acolhimento para estabelecer as ações a serem tomadas em relação a cada criança, contendo prazos, atores responsáveis e resultados esperados.



ato médico: momento decisivo

Nos últimos meses de 2010, representantes da área médica se mobilizaram para fazer com que o Projeto de Lei SCD nº 268/2002, também conhecido como o PL do Ato Médico, entrasse na pauta do plenário do Senado Federal em regime de urgência. A primeira ação nesse sentido aconteceu em 10 de novembro, quando estiveram reunidos com o presidente do Senado Federal, José Sarney. A segunda foi o encontro com o senador Romero Jucá, ocorrido em 1º de dezembro. As entidades do setor de Saúde afetadas pelo PL, entre elas o Conselho Federal de Psicologia, que há longo tempo se mobilizam contra esse projeto, desenvolveram ações para impedir que o mesmo viesse a ser aprovado “a toque de caixa”.

A primeira resposta ao avanço dos representantes da área médica aconteceu em 23 de novembro, quando representantes de conselhos profissionais, fóruns e associações de profissionais e usuários da saúde mantiveram reunião com o presidente do Senado e deixaram claras as suas preocupações em relação ao PL. Estiveram na reunião conselheiros do Conselho Nacional de Saúde (CNS), representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da área da Saúde (Fentas), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), dos Conselhos Federais de Psicologia (CFP), de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito), de Fonoaudiologia e de Enfermagem. Sarney reconheceu que não havia consenso sobre o assunto e assegurou que o projeto não entraria na pauta em regime de urgência. “Não vamos colocar em urgência, estou vendo que é um assunto controvertido”, afirmou o presidente do Senado.

No dia 14 de dezembro, representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas) e de conselhos profissionais da área de saúde foram recebidos pelo senador Romero Jucá (PMDB/RR), líder do governo no Senado Federal, na tarde desta terça-feira, 14 de dezembro. Jucá ouviu os questionamentos, sobretudo em relação ao Artigo 4º que, na redação atual, restringe aos médicos a possibilidade de apontar as doenças (diagnóstico nosológico) e prescrever tratamentos. Outro ponto de discordância é sobre os artigos que restringem aos médicos a chefia das equipes de saúde. “Não vou colocar PL do Ato Médico em votação em um contexto conturbado. Mas preciso ter, concretamente, os pontos de desacordo”, afirmou o parlamentar.

Uma outra iniciativa, dentro do âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, foi a orientação para que cada um dos conselhos regionais se mobilizasse para fortalecer a campanha “Não ao Ato Médico”. Entre as ações sugeridas estava a de que os CRPs entrassem em contato com os senadores de seus estados, a fim de expor as consequências da aprovação do PL SCD 268/2002. No caso do CRP SP, esse contato está sendo buscado tanto junto aos atuais senadores, como aos senadores eleitos no último pleito, entre eles a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que é também psicóloga. Outra medida foi reforçar o chamamento aos psicólogos e à população para que enviassem mensagens aos senadores, posicionando-se contra o PL. Para isso, os abaixo-assinados virtuais disponíveis nos sites do CFP (www.pol.org.br), do CRP SP (www.crp.org.br) e no site da campanha (www.naoaoatomedico.org.br) receberam destaque.

Vale lembrar que o PL do Ato Médico interfere na autonomia do trabalho das profissões da área da Saúde (por exemplo, tornando privativo dos médicos o diagnóstico e a indicação de tratamento) e não atende aos interesses da população, ao ferir as propostas de atendimento integral à saúde previsto no Sistema Único de Saúde (SUS). Na hipótese de ser aprovado no Senado e sancionado pelo presidente da República, as entidades da Saúde contrárias ao projeto poderão entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. ●



Em fevereiro de 2010, mais de 20 mil pessoas se reuniram no Parque Ibirapuera (foto) para protestar contra o Projeto de Lei do Ato Médico. O tema também foi levado a debate em universidades, programas noticiosos e à Assembléia Legislativa de São Paulo.

das

A discussão dos casos foi bastante rica e acabou por tomar mais tempo do que o esperado. Foram necessárias três sessões para dar conta de 104 casos. Desse trabalho resultaram determinações judiciais e encaminhamentos da rede de serviço de garantia de direitos (educação, saúde, assistência social e outros). No processo, casos delicados puderam ser analisados, como o de uma mãe que se propôs a ser internada para tratar da dependência do álcool ou o de um menino de 8 anos que relatou ser chamado pela professora de “sem mãe”. Aldá afirma que, ao final, 10% dos casos resultaram em reintegração às famílias. “A gente desejava que fosse mais, mas foi um começo.” ●

CRP SP PROMOVE FÓRUM

O CRP SP criou um fórum visando a troca de experiências entre os profissionais psicólogos que atuam na rede de serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Já foram duas tardes de conversa em 2010 e no final de janeiro de 2011 os encontros serão retomados. Temas como o papel do psicólogo nestes serviços, a interlocução com a rede e as normativas atuais são alguns dos assuntos que foram indicados pelos participantes como importantes para serem abordados. Fique atento nos Boletins Eletrônicos e no Site do CRP.

O psicólogo e a ética em recursos humanos

psicólogo foi denunciado por ter sido conivente com ações irregulares ao trabalhar junto a uma empresa prestadora de serviços de recolocação profissional. O profissional aplicava variados testes psicológicos com o objetivo de selecionar candidatos a vagas supostamente oferecidas por diversas empresas.

Os candidatos eram convocados a realizar tais testes psicológicos, aplicados mediante pagamento antecipado de quantias significativamente altas, sendo que os resultados das avaliações só eram disponibilizados caso houvesse o pagamento. Os candidatos se submetiam a isso mediante uma promessa de recolocação pela empresa prestadora de serviços, o que tinha como condição a realização dos testes psicológicos.

O psicólogo fazia devolutivas aos candidatos, entretanto, não lhes explicava a conclusão a que chegara a partir da avaliação feita, tampouco os candidatos tinham conhecimento dos motivos da não aprovação para o cargo pretendido. O profissional apresentou também relatórios em desacordo com o exigido pela legislação profissional.

Esses fatos levaram os pretendentes às vagas a se queixarem da superficialidade exposta nos resultados dos relatórios psicológicos apresentados a eles nas devolutivas. Notou-se uma despreocupação da empresa de recolocação com o prosseguimento do processo de seleção, uma vez que a empresa não mais contactava os candidatos após os pagamentos efetuados. Eles ficaram desassistidos, além de terem concorrido, mediante pagamento, a vagas inexistentes. Houve descuido por parte do profissional em não verificar a veracidade da existência dos possíveis postos de trabalho e da real demanda das empresas solicitantes que, se verificou, eram falsas.

Frente a essas denúncias, o psicólogo argumentou que não era funcionário da empresa de recolocação, alegando que apenas fora contratado como prestador de serviços, para realizar as avaliações psicológicas na seleção e não poderia se responsabilizar pela veracidade da existência ou não das supostas vagas.

O psicólogo alegou, também, desconhecimento da Resolução CFP 07/2003 que trata dos documentos escritos. Da mesma forma, argumentou que era a empresa de recolocação que mantinha contato com as empresas ofertantes, na intenção de cadastrar vagas de emprego, efetuar entrevistas e triar candidatos. No entanto, as vagas eram inexistentes e os candidatos foram ludibriados. Como resultado dessa má atuação do psicólogo, houve prejuízos aos usuários, em especial, danos materiais, posto que os candidatos desconheciam a inexistência das vagas e acabaram vítimas da má fé empresarial e por parte do profissional de Psicologia.

Pelo exposto, o profissional que atuou no caso supramencionado incorreu em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo nos seguintes princípios e artigos:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e integridade do ser humano

A atuação profissional do Psicólogo compreenderá uma análise crítica da realidade política e social

DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO PSICÓLOGO:

Art. 1º São deveres fundamentais do Psicólogo:

prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

zelar para que o exercício profissional seja efetuado com a máxima dignidade, recusando e denunciando situações em que o indivíduo esteja correndo risco ou o exercício profissional esteja sendo vilipendiado.

DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO PSICÓLOGO

Art. 2º Ao Psicólogo é vedado:

f) induzir qualquer pessoa a recorrer a seus serviços

Art. 4º O Psicólogo, para ingressar ou permanecer em uma organização, considerará a filosofia e os padrões nela vigentes e interromperá o contrato de trabalho sempre que as normas e costumes da instituição contrariem sua consciência profissional, bem como os princípios e regras deste Código.

Por ter o psicólogo:

colocado seus serviços a favor de práticas enganosas sobre vagas de trabalho, não pensando criticamente ante decisões que desconsideravam as condições dos usuários de seus serviços,

elaborado e apresentado documento escrito decorrente de avaliação psicológica, sem a devida estrutura exigida a um Relatório Psicológico, descumprindo a Resolução CFP nº 07/2003,

desempenhado um trabalho que não atendeu aos parâmetros profissionais e científicos da Psicologia.

O psicólogo não pode se furtar, no exercício de sua profissão, de constantemente identificar quais fundamentos teóricos e técnicos sustentam sua prática, em que condições seu trabalho é demandado, a quem se destina e quais implicações éticas resultarão dele.

Na atividade de escolha do melhor perfil para a vaga mais adequada, a prática da Psicologia, nesse contexto, exige do profissional o dever de cuidar para que seus serviços jamais compactuem com atitudes ou informações que produzam engano ao usuário. Primar por manter uma postura e visão críticas sobre os variados modos de gerenciamento utilizados pelas empresas na gestão de pessoas, é um dos pilares do bom exercício da Psicologia no campo organizacional.

O psicólogo necessita avaliar a missão de cada empresa à qual se vincule para prestar

Situação humanos

seu trabalho, com ou sem vínculo empregatício formalizado, visando tomar atitudes profissionais que sempre respeitem, preservem e promovam a dignidade humana. Logo, não cabe ao profissional de Psicologia acumpliciar-se com práticas e políticas de pessoal que propiciem ou o levem à extorsão, ou à indução ao erro, dentre outras faltas éticas. Essas práticas não traduzem o que é próprio da ciência psicológica, tampouco a conduta profissional do psicólogo.

No campo do desenvolvimento de pessoas e no trabalho de encontrar os melhores recursos humanos a serem alocados nas melhores vagas, o profissional responde sempre do lugar em que se encontra, responde ante a função que exerça. Portanto, qualquer persuasão de indivíduos por parte do psicólogo para que pessoas participem de um trabalho em que se oferte promessas de possível empregabilidade, no entanto, inexistente, como foi o caso, demonstra falha ética, descuido técnico científico, ademais, vilipêndia a profissão.

A Psicologia estará sendo exercida em sua competência teórica e técnica sempre que auxiliar sujeitos a melhor conhecer suas potencialidades, de modo a propiciar a cada indivíduo uma certa autonomia, no caso exposto, no quesito ocupação profissional. As diversas práticas da Psicologia, inclusive, quando utilizadas no universo do trabalho, deverão ser capazes de levar o indivíduo a se assenhorar de seu próprio potencial, sendo capaz de se reconhecer no exercício de sua atividade profissional, de ver seu valor e sua capacidade laboral como fatores contributivos às transformações da sociedade e ao bem-estar coletivo.

Portanto, ao profissional da Psicologia é premente que se posicione contrário a toda e qualquer forma de injustiça, discriminação e aviltamento da dignidade humana, inclusive no que diz respeito ao mundo do trabalho. A psicologia, no campo das organizações, contribui positivamente toda vez que o psicólogo se posiciona criticamente ante propostas de uso de seu saber e práticas, quando ele utiliza seu fazer no intuito de gerar aos usuários condições de autogestão do próprio potencial, como também, sustentação da empregabilidade desses usuários. ●

→ penalidade ética

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 28/06, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à Psicóloga
por:

- reproduzir trechos de material publicado por outra autora, sem a devida citação e referência bibliográfica das fontes utilizadas e reproduzidas.
- tal circunstância foi agravada pelo longo período (mais de cinco anos) em que um dos artigos permaneceu disponível em meios de comunicação em massa/ Internet.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental III, Artigo 31, alínea "a".

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 31/06, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à Psicóloga
por:

- associar o trabalho enquanto Psicóloga a práticas não reconhecidas pela Psicologia tanto no que diz respeito à divulgação, quanto à utilização desta associação;
- omitir, na divulgação de publicidade, o número do CRP;
- não apresentar comprovação de especialização para acupuntura.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Art. 1º alíneas "a" e "c", Art. 36. Art. 37, Art. 38 alínea "d".

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 23/06, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à Psicóloga
por:

- realizar avaliação psicológica, inclusive com a utilização dos testes específicos da profissão juntamente com outro profissional não psicólogo, impedido legalmente para tal;
- assinar documentos em conjunto com a sócia em procedimento que era somente de sua responsabilidade.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental III, Art. 1º alíneas "c" e "f", Art. 2º alínea "d".

* Resolução CFP Nº 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

Resolução CFP Nº 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005 (princípios e artigos relacionados ao tema exposto: Princípio Fundamental I e IV; Artigos 1º "c" e "f", 2º "f", 4º)

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crp.org.br - item "legislação".

as propostas

que marcaram o I PSINEP

I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil – I Psinep debate caminhos para enfrentar as questões raciais.

“O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais, que no Brasil têm também um viés eminentemente racial. Estes aspectos se encontram fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, marcada em seu imaginário pelo mito da democracia racial, condição responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito.”

O trecho acima integra a “Carta de São Paulo”, documento elaborado ao fim do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I Psinep). Realizado no Instituto de Psicologia - USP, em São Paulo, e com o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o evento contou com aproximadamente 250 participantes, de 14 estados brasileiros. Durante três dias, entre 13 e 15 de outubro, eles puderam debater diferentes aspectos relacionados aos eixos que nortearam o encontro: 1) Relações históricas da Psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a

prática e a formação; 2) Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a Psicologia e os (as) psicólogos (as) e 3) A configuração do mundo profissional e social para o (a) psicólogo(a) negro(a).

VITÓRIA – A realização do encontro, o primeiro desse tipo e alcance na história da Psicologia brasileira, foi considerada uma vitória pelos organizadores. O reconhecimento da variável étnico-racial em temas como o desenvolvimento infantil, o fracasso escolar ou em formas diversas de sofrimento psíquico, dá uma idéia das complexidades existentes nesse campo. Como ficou assinalado na própria “Carta de São Paulo”, “a dificuldade para lidar com essas dimensões recalcadas no inconsciente coletivo brasileiro está relacionada com o fato de o racismo ser, entre nós, uma das mais importantes fontes sociais de garantia de privilégios. Por isso, nós, psicólogas(os) negras(os) temos a necessidade de construir um espaço-quilombo que nos reúna e fortaleça, para enfrentar as hegemonias

que insistem em negar as nossas especificidades e contribuições como integrantes do povo brasileiro”.

O I Psinep contou com a participação de pesquisadores, professores, gestores públicos e profissionais da área do Trabalho. Entre eles, o professor Mário Theodoro, do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), que apresentou estatísticas evidenciando as desigualdades raciais no Brasil; a professora Maria Aparecia Silva Bento, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT SP), que, entre outros temas, falou sobre projetos de valorização de diversidade racial no setor bancário; e o professor Wade Nobles, do Department of Black Studies, School of Ethnic Studies at San Francisco State University, dos Estados Unidos, que abordou o tema Embranquecimento, Pertencimento Étnico-racial e Identidade Fragmentada: contornos e Contextos da Psicologia Afrobrasileira.





Cedoc: um arquivo vivo

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inaugurou, em 17 setembro, o seu Centro de Documentação (Cedoc). Integrante do Projeto Memória da Psicologia, o centro visa reunir, em um só espaço, os materiais produzidos pelo próprio CRP SP e disponibilizá-los a pesquisadores e demais interessados. No final de outubro foi concluída uma das etapas de organização do centro com a codificação de mais de 1.200 documentos bibliográficos (livros, cadernos, jornais), iconográficos (folhetos, pôsteres, fotos) e audiovisuais (vídeos, entrevistas).

“A criação de um centro de documentação é uma idéia antiga entre os psicólogos”, diz uma das coordenadoras do projeto Memória da Psicologia, Carmem Taverna. Segundo ela, o CRP SP vem acumulando uma produção importante de documentos que precisava ser preservada em local adequado. “O Cedoc surge com essa proposta de se tornar uma referência para todos os interessados em conhecer aquilo que os psicólogos de São Paulo têm realizado através do seu Conselho”.

A primeira edição do *Jornal do CRP 06*, de 1981, é o documento mais antigo do Cedoc, diz Vera Stefanov, da Bibliotec Gerenciamento de Informação, empresa responsável pela organização e manutenção do acervo. “Há uma quantidade considerável de outros materiais produzidos nesses quase 30 anos como os anais do I CONPSIC, evento promovido pelo CRP SP, em 1988, com o tema Psicologia, imagens, ações; a primeira publicação do *Jornal PSI* em braile, iniciada a partir do número 144 ou ainda os programas *Diversidade*, iniciados em 2006, em masters e DVDs, abordando temas diversos da Psicologia”.

As próximas etapas do projeto serão a digitalização de materiais e a criação de um banco de dados. “A proposta é que, no futuro, as consultas possam ser feitas via *web*”, afirma Carmem. Ainda que de existência recente, recebendo consultas via telefone, correio eletrônico ou pessoalmente, a coordenadora relata que o centro já foi procurado, entre outros, por uma pesquisadora da Fiocruz. “Nossa expectativa é que esse interesse aumente à medida que o Centro se torne mais conhecido”, diz.

Cedoc | R. Oscar Freire, 1800, Jardim América, São Paulo, SP
(11) 3087-9494 | cedoc@crpsp.org.br

PROPOSTAS – “O evento terminou com avanços importantes”, avalia Maria Lúcia da Silva, diretora presidente do Instituto AMMA – Psique e Negritude e uma das organizadoras do evento. “Um deles foi a perspectiva de uma articulação nacional, envolvendo psicólogos e pesquisadores do campo da Psicologia e subjetividade, negros e brancos, comprometidos com a temática da questão racial. Outro, foi a definição de um amplo conjunto de propostas, incluindo a formulação de políticas públicas, em particular na área da saúde mental, para a qual ainda não foram construídas ações estratégicas.”

As propostas formalizadas envolveram não apenas os participantes do Psinep, mas também governos, universidade e entidades. Entre essas propostas estão:

A construção de uma rede de psicólogos, profissionais e pesquisadores sobre relações raciais e psicologia pelo Psinep;

Na área da Saúde Pública, a introdução da coleta qualificada do quesito *raça/cor* no campo da saúde mental;

O mapeamento das experiências do Sistema Conselhos no campo das relações raciais e a criação de grupos de trabalho sobre relações raciais nos regionais;

No âmbito da academia, estimular a produção teórica sobre relações raciais e construção de estratégias para integração entre teoria e prática, além de incluir a temática das relações raciais nos currículos de graduação;

A apropriação e divulgação pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) da Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes curriculares para a educação das relações raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. ●

Maria Lúcia da Silva, Wade Nobles e Maria de Jesus Moura: identidade em debate.

a armadilha da



MARILENE PROENÇA



APARECIDA MOYSÉS

Seminário discute a profusão de diagnósticos no campo da Educação e a tendência de se reduzir questões sociais a doenças de indivíduos

O I Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos, realizado de 11 a 13 de novembro, em São Paulo, teve pela frente a dura tarefa de questionar o crescente processo de medicalização que vem ocorrendo na área da Educação, mas que também se faz presente em outros campos, no Brasil e no exterior. Ao longo de três dias, em torno de mil profissionais de diversas áreas debateram o fenômeno e, ao final, lançaram um Manifesto, criando o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, fórum permanente de discussão sobre o assunto, além de propostas para enfrentar o avanço da medicalização. Durante o Seminário, 27 entidades e 450 participantes assinaram o Manifesto que cria o Fórum permanente.

A dificuldade em combater a medicalização está no fato de ser um fenômeno social complexo, cujos efeitos perversos nem sempre são imediatamente percebidos. Trata-se, em princípio, de lidar com questões não-médicas como “doenças”, que requerem “diagnóstico” e “tratamento”. A dislexia é um exemplo claro das consequências dessa abordagem. Ao tratar uma dificuldade de aprendizagem como doença, transforma-se

em problema individual o que deveria ser uma questão coletiva (educação de qualidade); rotula-se e retira-se poder da pessoa que apresenta a dificuldade e gera-se uma questionável oportunidade de ganhos para profissionais e corporações.

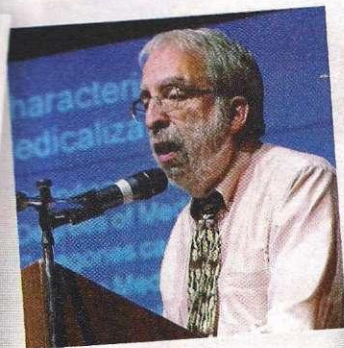
Os dois convidados internacionais não deixaram dúvida sobre o assunto. “Não há nenhuma prova fisiológica, neurológica ou física que associe direta ou indiretamente a TDAH a crianças com dificuldades de ler e escrever. Outros problemas na aprendizagem devem ser considerados nestes casos”, afirmou o sociólogo Peter Conrad, professor da Brandeis University de Boston, Massachusetts. “A medicalização é um tipo de controle social: define-se que o aluno é disléxico, receitam-se medicamentos e rotula-se essa criança”, disse o neurologista Steven Strauss, professor do Hospital Franklin Square de Baltimore, em Maryland.

INTERESSES – Um dado contundente acerca dos interesses econômicos citados acima foi dado no debate Políticas Públicas e Medicalização da Educação. Citando levantamento do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamento (IDUM), a ex-presidente do CRP SP, Marilene Proença, apontou o extraordinário crescimento nas vendas de medicamentos para o

medicalização



STEVEN STRAUSS



PETER CONRAD



ROSELY SAYÃO



CHARLES TESSER

tratamento do assim chamado Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). De acordo com esses números, a venda do metilfenidato (nomes comerciais Ritalina, do laboratório Novartis Biociências e Concerta, do laboratório Janssen Cilag) pulou de 7 mil caixas em 2000 para mais de 1,1 milhão de caixas em 2008.

Parte desse avanço pode ser associada à leva de projetos de lei propondo o diagnóstico da dislexia e da TDAH em escolas públicas. Ao longo dos últimos dez anos, nada menos que 19 desses projetos foram apresentados em âmbito municipal, estadual e federal. Alguns foram aprovados, outros encontram-se em tramitação. “Há um claro interesse em criar políticas públicas que reforcem o diagnóstico e o tratamento de crianças e adolescentes”, afirma Marilene Proença. Segundo ela, a saída para fugir à armadilha da medicalização no caso da dislexia é mudar a pergunta de “por que a criança não aprende?” para “o que acontece no processo de escolarização que faz com que essa criança não se beneficie da escola?”.

Representando a Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Eliseu Gabriel falou sobre a importância de ações como a do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, no sentido de acompanhar e lutar contra projetos de lei propon-

A MEDICALIZAÇÃO EM VÁRIOS CONTEXTOS

A medicalização está se globalizando, ampliando o número de diagnósticos e a consequente venda de remédios, com prejuízos para as populações. Esse foi um dos aspectos abordados pelo convidado internacional, o sociólogo Peter Conrad, autor de obras de referências como *Identifying Hyperactive Children: The Medicalization of Deviant Behavior and Deviance and Medicalization: From Badness to Sickness*.

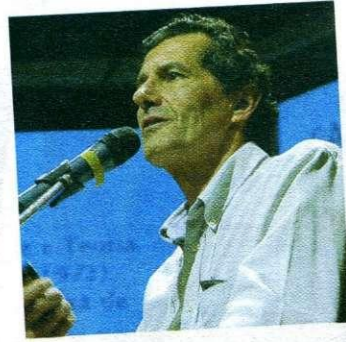
Conrad mostrou o expressivo crescimento de condições que passaram a ser tratadas de forma medicalizada nos Estados Unidos. Até 1970, segundo ele, a lista já contava com mais de uma dezena de itens: alcoolismo, distúrbios mentais severos, dependência de opiáceos, envelhecimento, homossexualidade, nascimento, abuso infantil, hiperatividade, menopausa e reprodução. A partir daí, contudo, a lista se expandiu de forma acentuada, passando a incluir obesidade, anorexia, hiperatividade em adultos, infertilidade, abuso sexual, vício em jogo; disfunção erétil, calvície e vários outros problemas.

No caso da TDAH, Conrad mostrou como o uso de medicamentos como a Ritalina tem se expandido nos Estados Unidos, alcançando não apenas crianças, mas também adolescentes e universitários (uso como estimulante) e adultos (aumento de

performance). Ele exibiu também uma comunicação da indústria farmacêutica para professores, para dar uma idéia de como esses limites vão sendo alargados. O texto “Quando os pais perguntarem...” diz: “Deixe claro que é importante para eles – e para suas crianças – compreender e seguir a orientação dos médicos sobre medicamentos e outras terapias para TDAH. TDAH é uma condição de saúde séria que pode requerer que a criança permaneça medicada e sob aconselhamento por um longo período.”

Comparativamente, apresentou dados de outros países, como França e Inglaterra, nos quais a quantidade de diagnósticos de TDAH é expressivamente menor. Mostrou também que países como França e Suécia estabeleceram regulações muito estritas, limitando a prescrição de medicamentos para o tratamento da TDAH somente em casos severos. Na Itália, em contrapartida, a Ritalina foi reintroduzida com restrições em 2002, e liberada a partir de 2007.

No conjunto, Peter Conrad registrou que os diagnósticos de TDAH, no mundo, estão aumentando. Fato que associa à globalização da medicalização, à predominância de uma visão farmacologizante na medicina e à existência de uma indústria farmacêutica transnacional, entre outros fatores.



WAGNER RANÑA



MARIA DE FÁTIMA VICENTE



ADRIANA MARCONDES MACHADO

AÇÃO CONJUNTA

Ao longo do evento foram debatidos diversos aspectos da medicalização. Na área da Saúde, os convidados Wagner Ranña, Charles Tesser e Maria de Fátima Vicente questionaram a medicalização nos atendimentos. Na área da Educação, por exemplo, as psicólogas Rosely Sayão e Adriana Marcondes Machado abordaram a família e a escola adoecidas. Para Adriana Marcondes, “uma das principais conquistas do evento foi exatamente a de reunir profissionais de áreas diversas para debater sobre um fenômeno que ocorre no campo social e apresentar propostas concretas e articuladas de atuação”.

do o diagnóstico da dislexia ou TDAH em escolas públicas. Sem essa vigilância, observou, o resultado é a criação de leis que investem contra os cofres públicos e realimentam o processo adoecedor da sociedade. Como contribuição a esse esforço, Eli-seu Gabriel anunciou projeto de lei, de sua autoria, instituindo 11 de novembro como o Dia Municipal de Luta contra a Medicalização na Educação.

RITA LEE X RITALINA – Uma das consequências positivas do evento foi chamar a atenção de diversos veículos da mídia para a questão da medicalização. Em entrevista para o canal noticioso Globo News, a Professora Titular de Pediatria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Maria Aparecida Moysés colocou sob suspeita o excessivo número de casos diagnosticados de dislexia e TDAH. Segundo ela, mesmo admitindo a possibilidade de, no futuro, se comprovar a existência de uma doença neurológica que interferisse exclusivamente no comportamento e na aprendizagem, tal diagnóstico seria restrito a muito poucas pessoas. Pretender, como dizem alguns, que 10% ou 20% das populações sofrem desses supostos distúrbios é algo assustador. “É uma epidemia de incapacidades! E pior, incapacidades decorrentes de doenças jamais comprovadas.”

Maria Aparecida Moysés falou ainda dos efeitos provocados pelo metilfenidato, uma substância que afeta todos os sistemas do organismo. “Em qualquer livro de farmacologia, o que se divulga como efeitos terapêuticos dessa substância é caracterizado como um sinal de toxicidade”. Segundo ela, a obediência obtida com o medicamento é o que, na farmacologia, é conhecida como “efeito zumbi”, o que demanda a suspensão da substância. “Ainda que eu estivesse convencida de que essa doença existe, eu não daria Ritalina para um filho meu”, disse. A pergunta da entrevistadora foi sintomática do quanto é difícil abandonar o paradigma medicalizante: “O que a senhora daria?” – supondo, de forma não explícita, que um remédio precisaria ser dado. A resposta veio com um toque de humor: “Talvez Rita Lee”, seguida, posteriormente, de uma recomendação: “Olhem e escutem os seus filhos. Procurem entender o conflito que eles estão vivenciando e oriente-os a partir daí”.

Ainda contribuindo para a ampliação do debate, foi lançado no I Seminário o livro *Medicalização de Crianças e Adolescentes: Conflitos Silenciados pela Redução de Questões Sociais a Doenças de Indivíduos*, pelo CRP SP e pelo Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. Mais detalhes na seção Estante. ●

testes psicológicos fique atento

{ Teste das Fábulas tem parecer desfavorável e não pode mais ser utilizado. Psicólogo deve consultar regularmente o Satepsi para se atualizar sobre os testes válidos.

a área de testes em Psicologia é dinâmica e sujeita a reavaliações. Por esse motivo, o psicólogo deve se manter atualizado, consultando regularmente o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi), disponível no site do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (www.crpsp.org.br). Um exemplo recente de mudança aconteceu com o Teste das Fábulas que, a partir de 17 de novembro de 2010, deixou de estar em condições de uso. A Avaliação Psicológica é um processo técnico e científico amplo que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes, dentre elas, testes, entrevistas, observações, análise de documentos e contato com outros profissionais. Diferente da testagem psicológica considerada uma etapa da Avaliação Psicológica, que implica a utilização de teste(s) psicológico(s) de diferentes tipos. No Brasil, o uso de testes psicológicos constitui função privativa do psicólogo, conforme dispõe o Art. 13 da lei nº 4.119/62. Não se trata de um mero questionário, pautado no senso comum, mas sim de um processo técnico-científico de estudo e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos.

A Resolução CFP nº 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, considera, dentre outros aspectos, a necessidade de aprimorar os instrumentos e procedimentos de trabalho dos psicólogos e de revisão periódica das condições dos métodos e técnicas utilizados na avaliação psicológica, com o objetivo de garantir serviços com qualidade técnica e ética à população usuária desses serviços, constituindo-se os estudos dos testes em parâmetro para a manutenção de condição favorável de seu uso.

A Resolução CFP nº 006/2004 que alterou a Resolução CFP nº 002/2003, dispõe no artigo 1.º:

Art. 1º - Alterar o art. 14 da Resolução CFP nº 002/2003 que passa a ter a seguinte redação: "Art. 14 - Os dados empíricos das propriedades de um teste psicológico devem ser revisados periodicamente, não podendo o intervalo entre um estudo e outro ultrapassar: 15 (quinze) anos, para os dados referentes à padronização, e 20 (vinte) anos, para os dados referentes a validade e precisão".

§ 1º - Não sendo apresentada a revisão no prazo estabelecido no caput deste artigo, o teste psicológico

perderá a condição de uso e será excluído da relação de testes em condições de comercialização e uso.

O Teste das Fábulas deixou de estar em condição de uso exatamente por não se apresentarem os estudos necessários de validade, precisão e padronização conforme dispõe a Resolução.

Considerando que é de responsabilidade do psicólogo a avaliação e a escolha dos instrumentos, métodos e técnicas no exercício profissional, um dos principais cuidados que este deve ter na escolha de um teste psicológico é consultar o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) com o intuito de verificar se o mesmo consta na listagem, se obteve e mantém o parecer favorável para uso em Avaliação Psicológica.

Os testes que receberam parecer desfavorável estarão sem condição de uso por psicólogos no exercício profissional, no entanto, continuam sendo considerados testes psicológicos, com permissão de uso somente em pesquisa, restrito à psicólogos. De acordo com os Artigos 10 e 16 da Resolução CFP nº 002/2003 (transcritos abaixo), só será permitida a utilização dos testes psicológicos que obtiverem o parecer favorável pelo CFP e será considerada falta ética a utilização de instrumento que não esteja em condição de uso.

"Art. 10 - Será considerado teste psicológico em condições de uso, seja ele comercializado ou disponibilizado por outros meios, aquele que, após receber Parecer da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, for aprovado pelo CFP.

Parágrafo único - Para o disposto no caput deste artigo, o Conselho Federal de Psicologia considerará os parâmetros de construção e princípios reconhecidos pela comunidade científica, especialmente os desenvolvidos pela Psicometria.

Art. 16 - Será considerada falta ética, conforme disposto na alínea "c" do Art. 1º e na alínea "g" e "h" do Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, a utilização de testes psicológicos que não constam na relação de testes aprovados pelo CFP, salvo os casos de pesquisa.

Parágrafo Único - O psicólogo que utiliza testes psicológicos como instrumento de trabalho, além do disposto no caput deste artigo, deve observar as informações contidas nos respectivos manuais e buscar informações adicionais para maior qualificação no aspecto técnico operacional do

uso do instrumento, sobre a fundamentação teórica referente ao constructo avaliado, sobre pesquisas recentes realizadas com o teste, além de conhecimentos de Psicometria e Estatística." (Resolução CFP nº 002/03)

O uso de instrumentos não favoráveis pode causar prejuízos aos usuários e resultar numa avaliação inadequada. Vale reforçar que a condição do teste que recebeu Parecer Desfavorável não é estática. A partir de novos estudos e da reapresentação dos testes, nova análise será realizada pelo CFP. Caso o resultado desta seja de condição favorável ao uso, ou seja, caso o teste passe ou continue a atender aos requisitos técnicos-científicos mínimos descritos na Resolução CFP nº 002/2003, este passará a constar na lista dos testes favoráveis e a poder ser utilizado, em nova versão, se passar por mudanças. ●

QUANDO UM TESTE É PSICOLÓGICO?

O Teste das Fábulas é um exemplo de teste que, sendo considerado um teste psicológico, deve de ser aplicável por deixar de satisfazer determinadas exigências. Outra é a situação de testes acerca dos quais há dúvida quanto a serem psicológicos (de uso restrito a psicólogos) ou não psicológicos (não restrito a psicólogos). A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP avalia esses casos.

Recentemente o Procedimento Desenhos-Estórias (D-E) foi analisado pela Comissão Consultiva e considerado teste psicológico por contemplar os requisitos apresentados na Resolução CFP nº 002/2003. Isso significa que seu uso passa a ser exclusivo de psicólogo e, até que receba um Parecer Favorável do CFP, somente poderá ser utilizado em pesquisas.

A página destinada ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) mantém uma relação de testes nesta mesma condição do Desenhos-Estórias, e possui informações diversas sobre os testes: os Pareceres dos Testes Psicológicos indicando as condições que não foram atendidas e sugestões para sua melhoria, testes psicológicos sem condições de uso, testes avaliados que não são psicológicos, entre outras. Consulte para se manter atualizado.

MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONFLITOS SILENCIADOS PELA REDUÇÃO DE QUESTÕES SOCIAIS A DOENÇAS DE INDIVÍDUOS

CRP SP e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (orgs.); São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010, 290 ps.
Lançado durante o 1º Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos, apresenta um debate aprofundado sobre os processos de medicalização da sociedade. A partir da contribuição de várias áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Medicina, a Fonoaudiologia e a Educação, os autores evidenciam o corrente reducionismo dos processos sociais relacionados à precarização das condições de vida e à uniformização de comportamentos, sentimentos, percepções e pensamentos, bem como discutem as implicações psicossociais da atribuição de patologias individuais a todos aqueles que fogem à norma abstrata e ideológica vigente.
PREÇO: R\$ 58,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net

AVANÇOS EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS

Cláudio Simon Hutz (org.), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010, 325 ps.
Quarto livro de uma série iniciada em 1982 sobre Saúde Comunitária, aborda questões originais, como o abuso sexual e o suicídio na adolescência, e avança e trata também de questões mais amplas da Psicologia Comunitária contemporânea, envolvendo questões institucionais, sociais e também da polêmica questão das cotas raciais nas universidades. Dirigido especialmente aos profissionais que trabalham com comunidades mais pobres e excluídas e estudantes que planejam seguir a carreira por este tipo de abordagem.
PREÇO: R\$ 60,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net

PSICOPATOLOGIA FENÔMENO-ESTRUTURAL

Anna Elisa de Villemor-Amaral e Latife yazigi (orgs.), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010, 187 ps.
A obra reúne seis textos, abordando temas como psicopatologia, esquizofrenia, epilepsia, e depressão. É um dos resultados da produção do Grupo de Trabalho Métodos Projetivos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). O objetivo deste entidade é contribuir com o desenvolvimento destes métodos, que, em função de sua complexidade e relevância para a prática profissional, suscitam inúmeros questionamentos e discussões em torno de sua cientificidade e confiabilidade de resultados. Neste ano, a entidade lançou, também pela Casa do Psicólogo, os livros Avanços do Rorschach no Brasil, Técnicas projetivas com crianças e Perspectivas em Avaliação Psicológica.
PREÇO: R\$ 52,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net

VULNERABILIDADE HUMANA E CONFLITOS SOCIAIS – PARA UMA PSICOLOGIA SOCIAL COMPREENSIVA

Wânier Ribeiro e Emílio Romero (orgs.), São José dos Campos, 2009, 206 ps.
Entre as características do ser humano, estão sua indigência e vulnerabilidade. Não importa quantas medidas tome para defender-se das ameaças que o espreitam, sempre está oscilando entre uma relativa estabilidade e uma constante insegurança. O enfoque compreensivo e dialético aplicado no estudo dos diversos conflitos humanos oferece perspectivas novas para a real compreensão dos fenômenos sociais e seus conflitos. A obra considera os aspectos mais notórios da vulnerabilidade no plano social e interpessoal.
PREÇO: 29,00 | TELEFONE: (12) 3922-8495 | INTERNET: www.emilioromero.net

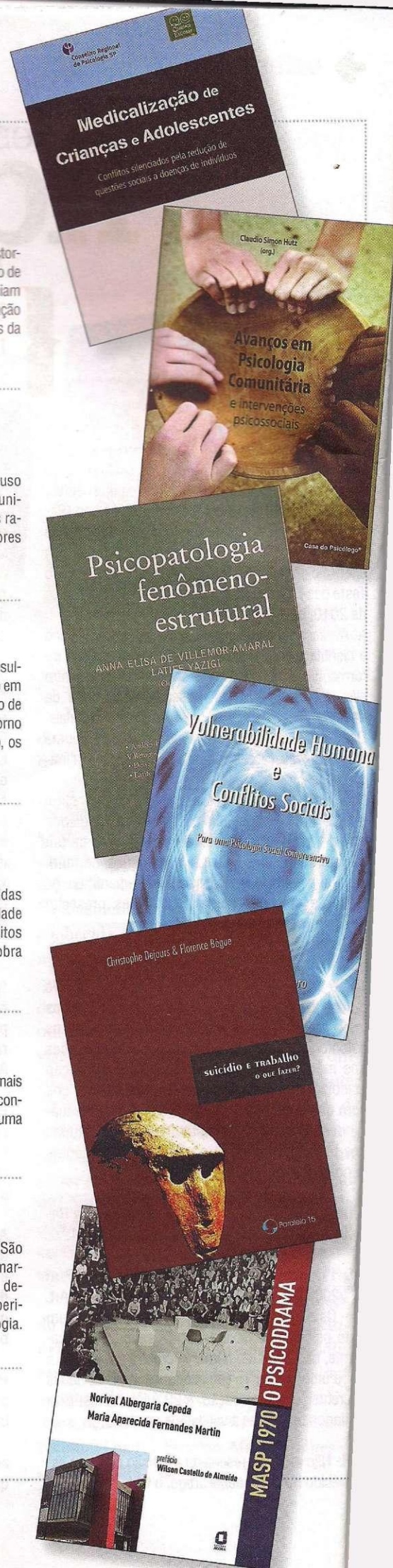
SUICÍDIO E TRABALHO – O QUE FAZER?

Christophe Dejours e Florence Bigue, Brasília, Paralelo 15, 128 ps.
Apesar de lidar com uma questão extrema, que é o suicídio, a obra tem uma abrangência maior e suscita reflexões mais amplas. Relaciona fontes de informações fundamentais para a compreensão e explicação de diversos fatores que contribuem na gênese do sofrimento patológico e para a deterioração das relações de trabalho. Dela faz parte também uma descrição sobre possíveis maneiras de intervir e da importância de se construírem ações no espaço público.
PREÇO: 33,00 | TELEFONE: (61) 3478-1816 | INTERNET: www.livrariacultura.com.br

MASP 1970. O PSICODRAMA

Norival Albergaria Cepeda e Maria Aparecida Fernandes Martin; São Paulo, Ágora, 2010, 168 ps.
Em 1970, auge da ditadura militar, cerca de 3 mil pessoas se reuniram no Museu de Arte de São Paulo (MASP) para participar do inovador V Congresso Internacional de Psicodrama, um marco cultural e um divisor de águas na Psicologia. Utilizando uma linguagem didática e recheado de depoimentos, o livro constitui um emocionante documento com informações, reflexões e emoções experimentadas pelos pioneiros dessa abordagem no Brasil, num importante resgate para a história da Psicologia.
PREÇO: R\$45,90 | TELEFONE: (11) 3872-3322 | INTERNET: www.editoraagora.com.br

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).
Informações: www.bvs-psi.org.br



RH: CFP se movimentada para defender psicólogos

O CRP SP está reunindo informações sobre os casos de psicólogos que atuam na área de RH e que têm sofrido ações por parte dos Conselhos Federal (CFA) e Regionais de Administração (CRA). Estas entidades exigem que as atividades de gestão sejam exercidas exclusivamente por administradores e que as consultorias de RH tenham inscrição de pessoa jurídica necessariamente no CRA. O CFP, por meio dos regionais, vem orientando a defesa dos psicólogos atuados.

A levatamento de informações visa compreender melhor o caminho destas ações e reunir dados que subsidiem um posicionamento oficial dos Conselhos de Psicologia. Os psicólogos que tiveram ou têm ações judiciais movidas pelo CRA SP em seu desfavor ou movido ações em desfavor do CRA SP estão convocados a enviar os resultados da discussão judicial de seu caso e cópias de documentos pelo e-mail da Comissão de Orientação e Fiscalização (orientacao@crpsp.org.br) até 28 de fevereiro de 2011.

psicólogos na previdência

Está em trâmite na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 7.200/2010, que prevê a participação de outros profissionais da saúde (inclusive do psicólogo) na realização de perícia para concessão de aposentadoria por invalidez na Previdência Social. Segundo a Resolução CFP 015/96, o psicólogo pode diagnosticar condições mentais que incapacitem o paciente para o trabalho e condições mentais que ofereçam riscos para o mesmo e para o próprio meio ambiente onde se insere. Os psicólogos estão convidados a entrar no site da Câmara (www.camara.gov.br) e enviar aos deputados mensagens de apoio ao projeto de lei.

observatório da reforma psiquiátrica

Iniciativa do Conselho Federal de Psicologia e da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial – Renila, o Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos tem como prerrogativa acompanhar a implantação da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e denunciar violações aos Direitos Humanos dos usuários dos serviços de saúde mental. É um espaço para cobranças pelo respeito e a inserção o fortalecimento dos usuários na sociedade e fortalecimento. Acesse o site da entidade, em www.osm.org.br, saiba o que está acontecendo nesta área no Brasil, faça denúncias, dê sugestões e divulgue este trabalho.

SUBSEDE DE BAURU É PREMIADA

A Subsede de Bauru do CRP SP recebeu, no último dia 26 de novembro, o Troféu Gastão de Moura Maia Filho, relativo ao Prêmio Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/Bauru, relativo ao ano de 2009. A solenidade foi realizada na sede da OAB do município e premiou ações de pessoas físicas e jurídicas que se notabilizaram pela defesa dos Direitos Humanos.

O prêmio foi entregue à psicóloga Sandra Elena Sposito, conselheira do CRP SP na gestão 2007-2010, e representou o reconhecimento ao trabalho da Subsede de Bauru neste campo. “Temos atuado há anos em parceria com várias entidades no município, como a OAB e o Observatório de Direitos Humanos da Unesp, sempre com iniciativas em defesa dos direitos das pessoas”, comenta a conselheira Maria Orlene Daré Vargas, gestora da Subsede. “Realizamos passeatas, atuamos junto ao poder público, integramos o Grupo contra a Violência e Violação de Direitos Humanos de Bauru, enfim, procuramos marcar nossa disposição em lutar para que injustiças não fiquem impunes”, acrescenta.

documentário conta a história da psicologia organizacional e do trabalho

A série de documentários produzidos pelo CRP SP no Projeto Memória da Psicologia em São Paulo foi ampliada com o lançamento do nono vídeo. Uma História da Psicologia Organizacional e do Trabalho, mostra em 46 minutos, alguns dos caminhos que a Psicologia percorreu desde a primeira metade do século 20 até os dias de hoje, em sua relação com o mundo do trabalho, dos testes e avaliações até a questão da saúde do trabalhador.

O documentário pode ser acessado na página de vídeos do portal do CRP SP: www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/videos.aspx

sistema prisional: fórum debate resolução

Os desafios para a Resolução sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional foram debatidos entre os dias 19 e 20 de novembro de 2010, em Fórum realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em São Paulo. Participaram do evento 207 pessoas, sendo 190 psicólogos. Entre eles, 150 trabalham no Sistema Prisional. Para o CFP, a grande participação de profissionais da área demonstra a importância do evento. Ao mesmo tempo, a presença de atores de outras áreas mostra a relevância do tema para a sociedade. A partir das discussões, uma comissão formada por especialistas na área sistematizou as propostas, que foram muito diversas e terão desdobramentos em 2011.

participe do JORNAL PSI

acesse a página do jornal no site
e envie sua sugestão de reportagem



IV Curso de Especialização em NEUROPSICOLOGIA

II Curso de Especialização em REABILITAÇÃO COGNITIVA

Coordenação e Supervisão Clínica: Dr. Daniel Fuentes e Dra. Ana Rosa Sancovski

Dr. Daniel Fuentes Moreira - CRP 06/58741-7
Dra. Ana Rosa Kisielewski Sancovski - CRP 06/35623-1

Início Fevereiro/2011

INFORMAÇÕES: (11) 3082.9800 e 3082.9544

www.cenaces.com.br

INSTITUTO H. ELLIS
 DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM SEXUALIDADE PARA PSICÓLOGOS

FEVEREIRO - 2011

Objetivo: ao final do curso os psicólogos estarão familiarizados com a abordagem da sexualidade de seus pacientes para incluí-la em sua rotina de atendimento.

PROGRAMA

5/02	Aspectos biológicos e psicológicos Definição e abordagem multidisciplinar das disfunções sexuais
12/02	Aspectos biológicos e psicológicos Disfunções sexuais masculinas
19/02	Aspectos biológicos e psicológicos Disfunções sexuais femininas
26/02	Abordagem do paciente disfuncional, como iniciar a sexualidade nas diversas técnicas de psicoterapia

Coordenadores: Sidney Gima (CRM 31.191), Sidnei Roberto Di Sessa (CRP 0613.731.7) e Cila Anker (CRP 06/2.349)
 aos sábados das 9 às 12h30m. Aulas teóricas e práticas. Serão oferecidos certificados aos participantes.

Inscrições e informações:
 telefones: (11) 3515-7902 e 3515-7907
 e-mail: cursos@hellis.com.br
 site: www.hellis.com.br

Local: Auditório do Centro Médico Pro Maternidade - Rua Cincinato Braga, 37 - Bela Vista

FM ABC
 Faculdade de Medicina do ABC

Pós-Graduação lato sensu em Psicologia da Faculdade de Medicina do ABC

- VIII Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar
- III Curso de Especialização em Transtornos Alimentares e Obesidade
- IV Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica - "De Freud a Lacan"

INFORMAÇÕES: (11) 3082-9800 e 3082-9544
www.cenaces.com.br
www.fmabc.br

IPPESP
 INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA, ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
 CRP P.J. 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
 EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

- * CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
 Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana
- * CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ORGANIZACIONAL (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho - CRP06/35761
 Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
 Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
 PABX 5594.1226

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
 *Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia 2011

COORDENAÇÃO: ERNESTO RAUL DUBOVICH (CRP06/7745) E WALKIRIA DEL PICCHIA ZANONI (CRP06/5039)

INÍCIO: 05/04/11 ou 06/04/11 • DURAÇÃO: 3 ANOS • HORÁRIOS: 3ª FEIRA: 19H30 ÀS 22H30 OU 4ª FEIRA: 9H ÀS 12H OU 18H ÀS 21H.

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou **acesse**
www.centropsicanalise.com.br
cep@centropsicanalise.com.br

INSCRIÇÕES ABERTAS

30 anos

Pós-Graduação em Psicologia
 2011

Aperfeiçoamento

- Psicologia Clínica Comportamental
- Psicologia em Nefrologia
- Psicooncologia
- Psicossomática

Pós-Graduação Lato Sensu

- Psicologia Analítica
- Psicologia Hospitalar
- Psicologia Jurídica
- Psicopatologia e Dependência Química

Parceria: **UNIVERSIDADE CÍVICA DE SÃO PAULO UNICID**

Acesse nosso site e conheça outros cursos

Informações
 (11) 5535.8474
www.unisaopaulo.com.br
contatos@unisaopaulo.com.br

unisaopaulo.
 Instituto São Paulo de Formação e Especialização Profissional

INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA

Curso de Especialização em Terapia Cognitiva Turma 2011

Credenciado como Curso de Especialização pelo CFP.

Corpo docente composto por reconhecidos líderes nacionais e internacionais e instrutores de TC altamente qualificados, possibilitando aos participantes completar no Brasil sua Especialização em Terapia Cognitiva em nível equivalente ao dos mais reconhecidos centros internacionais.

Objetivo: Introdução à TC, como um sistema de psicoterapia integrado e cientificamente fundamentado de teoria, princípios e técnicas, complementada por prática supervisionada, a fim de habilitar profissionais a utilizar a TC em sua prática clínica.

Áreas de concentração: Adultos ou Crianças e Adolescentes.
 Duração: 24 módulos. um ao mês.

Inscreva-se já!
contato@itcbr.com
 | 11 | 4083.2555
www.itcbr.com
 Verifique programação completa.

HC FMUSP
 CEPsic CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC) em parceria com a Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP iniciará em **Março/11**, novas turmas dos **Cursos de Extensão (120h) Especialização (500h)**, nas áreas de:

- Psicologia Hospitalar
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- Neuropsicologia
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- Transtornos alimentares e obesidade
- Psicologia do Envelhecimento
- Avançado em Psicologia Hospitalar
- Avançado: Especialização em Reabilitação Neuropsicológica

Destinado a
 Especialização | Psicólogos
 Extensão | Graduação
 na área da saúde em andamento ou concluída

Frequência
 Mensal | 6ª f. das 14 às 21h e sábados das 8 às 18h

Inscrições
 Até 14/02/2011

Informações
 Tel 11 3064.3186
 Tel 11 3069.6188
dipichc@hcnet.usp.br
www.cepsic.org.br

Cursos de Especialização em São José dos Campos - 2011

"Psicologia nas Organizações, Processos de Trabalho e Gestão"
 Curso credenciado pelo CFP - 06/2007 - 4ª Turma

"Psicologia do Trânsito"

Inscrições Abertas
 (12) 3921.8680

R. Benedito da Silva Ramos, 431 • Jd. Esplanada • São José dos Campos • cadepsi.com.br • cadepsi@cadepsi.com.br

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2011

Inscrições a partir de
16/11/2010

Cursos nas áreas de:

Adolescência, Arte Terapia, Cinesiologia, Eutonia, Família, Formação em Psicanálise, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jung, Laban - Arte do Movimento, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Psicoterapia Psicanalítica de Casal, Relação Pais Bebê, Winnicott e Violência Doméstica.

Destinado a:

Psicólogos, pedagogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores e outros profissionais.

Informações para Inscrições - Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes - 05015-900 - SP/SP
Tel: (11) 3866-2730 - www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br

PRÁXIS

APRIMORAMENTO
EM CLÍNICA
INSTITUCIONAL

Desenvolvimento Profissional para
Graduados em Psicologia, Medicina ou
Serviço Social sob responsabilidade
da Clínica Psicológica do Instituto
Sedes Sapientiae

Informações: www.sedes.org.br



ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA CLÍNICA

Objetivos

Habilitar Psicólogos à avaliação e reabilitação neuropsicológica em consultório.

Duração

540 horas em 48 encontros

Titulação

Título de Especialista em Neuropsicologia credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia.



IPAF
www.ipaf.com.br

Rua Maestro Callia, 294 - Vila Mariana

Informações: (11) 5081.7905

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIA BREVE OPERACIONALIZADA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - UNIP

COORDENADOR PROF. RYAD SIMON - CRP 06/321

OBJETIVOS: FORMAR PROFISSIONAIS PARA AJUDAR PACIENTES A ENCONTRAR SOLUÇÕES ADEQUADAS EM SITUAÇÕES-PROBLEMA ATUAIS E CRISES ADAPTATIVAS

ARTICULAÇÃO DE TEORIA E PRÁTICA CLÍNICA PELA DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO ADAPTATIVO (EDA) E SUPERVISÃO DO ATENDIMENTO.

INÍCIO: FEVEREIRO 2011- DURAÇÃO: 1 ANO (Aulas em sábados alternados, das 08:00 às 17:00 horas; ou 4ªs -feiras das 08:00 às 12:00 h.)

LOCAIS: CAMPI DA UNIP EM SÃO PAULO (Paraíso); SANTOS; SOROCABA; BAURU e S. J. RIO PRETO

INFORMAÇÕES: S. Paulo: Fones (11) 3666-1296, (11) 9177-0188, Santos: (13) 3237-7307, Sorocaba: (15) 9782-4252,

Bauru: (14) 3223-0108, São José do Rio Preto: (17) 3232-5470 e (17) 3232-7832

e-mail: psicobreve.pbo@gmail.com



Conselho Regional
de Psicologia SP

